

SOBRE AS CORRENTES FILOSÓFICAS DENTRO DO MOVIMENTO FEMINISTA

ANURADHA GANDHI



Edições NOVA CULTURA

Proletários de todo o mundo, uni-vos!



Anuradha Gandhi

**Sobre as Correntes Filosóficas
dentro do Movimento Feminista**

Edições Nova Cultura

2ª edição

2018

© 2018 - NOVACULTURA.info

Autorizamos que o conteúdo deste livro seja utilizado ou reproduzido em qualquer meio ou forma, seja impresso, digital, áudio ou visual por movimentos de massas, organizações, sindicatos, associações, etc.

Edições NOVA CULTURA

www.novacultura.info/selo



O selo *Edições Nova Cultura* foi criado em julho de 2015, por iniciativa dos militantes da **UNIÃO RECONSTRUÇÃO COMUNISTA**, com o objetivo de promover e divulgar o marxismo-leninismo.

GANDHI, Anuradha; Sobre as Correntes Filosóficas dentro do Movimento Feminista. 2ª Edição. 2018.

Conselho Editorial: União Reconstrução Comunista

ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA LICENÇA *CREATIVE COMMONS*

Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 3.0 Brasil.

É permitido:

– Copiar, distribuir, exibir e executar a obra – criar obras derivadas



Sob as seguintes condições:

ATRIBUIÇÃO: Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante; **USO NÃO COMERCIAL:** Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais; **COMPARTILHAMENTO PELA MESMA LICENÇA:** Se você alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta você somente poderá distribuir a obra resultante sob uma licença idêntica a esta.

– Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outro, os termos da licença desta obra.



[...] “Tomemos a situação da mulher. Nenhum partido democrático do mundo, em nenhuma das repúblicas burguesas mais progressistas, realizou a esse respeito em dezenas de anos nem mesmo a centésima parte daquilo que nós fizemos apenas no primeiro ano de nosso poder. Não deixamos literalmente pedra sobre pedra de todas as abjetas leis sobre as limitações dos direitos da mulher, sobre as restrições do divórcio, sobre as odiosas formalidades às quais estava vinculado, sobre a possibilidade de não reconhecer os filhos naturais, sobre investigação de paternidade etc., leis cujas sobrevivências, para vergonha da burguesia e do capitalismo, são muito numerosas em todas os países civilizados. Temes mil vezes o direito de estar orgulhosos daquilo que fizemos nesse terreno. Mas quanto mais limpamos o terreno do entulho das velhas leis e instituições burguesas, melhor vemos que com isso apenas limpamos o terreno para construir e não empreendemos ainda a própria construção. A mulher, não obstante todas as leis libertadoras, continua uma escrava doméstica, porque é oprimida, sufocada, embrutecida, humilhada pela mesquinha economia doméstica, que a prende à cozinha, aos filhos e lhe consome as forças num trabalho bestialmente improdutivo, mesquinho, enervante, que embrutece e oprime. A verdadeira emancipação da mulher, o verdadeiro comunismo, só começará onde e quando se inicie a luta das massas (dirigida pelo proletariado, que detém o poder do Estado), contra a pequena economia doméstica ou melhor, onde comece a transformação em massa dessa economia na grande economia socialista”.

VLADIMIR ILICH LENIN

ÍNDICE

Apresentação	13
--------------------	----

Sobre as Correntes Filosóficas dentro do Movimento Feminista

Visão geral do Movimento de Mulheres no Ocidente	27
1. Feminismo Liberal	36
Crítica	40
2. Feminismo Radical	42
O sistema sexo-gênero e o Patriarcado	47
Sexualidade: heterossexualidade e lesbianismo	49
Crítica	52
3. Anarcafeminismo	58
4. Ecofeminismo	61
5. Feminismo Socialista	66
Estratégia do feminismo socialista para a libertação da mulher	75
Crítica	79
6. Pós-modernismo e Feminismo	85
7. Resumo	88
Movimento de mulheres na Índia	91
O Liberalismo na primeira fase	91
A segunda fase, contemporânea	93

Apresentação

É um orgulho para o selo Edições Nova Cultura, trazer ao público brasileiro este trabalho, de uma importante figura revolucionária, ainda pouco conhecida para grande parte dos brasileiros comprometidos com a emancipação da humanidade. Não apenas para que aqui no Brasil se conheça o nome de Anuradha Gandhi, assim como a sua contribuição para o debate sobre a emancipação da mulher.

Anuradha Gandhi, também conhecida por seus pseudônimos camarada Jaraky, Narmada, Vasha ou Raka, ou ainda seu apelido, Abu, foi uma incansável revolucionária, que dedicou sua vida à Revolução Naxalita para a libertação da Índia da opressão nacional e pelo socialismo. Vítima de malária falciparum, no 12 de abril de 2008, faleceu na cama do hospital em Mumbai; já estava muito debilitada por conta da dificuldade de se encontrar apoio médico quando se está na clandestinidade, e também por não se saber desde quando a doença se manifestava, acabou por sofrer de falência múltipla dos órgãos.

A história de Anuradha em sua luta pelos interesses do povo, percorre toda sua vida, mesmo precedendo seu envolvimento com os naxalitas. Filha de pai advogado progressista e mãe que até hoje milita pelos direitos das mulheres, ambos ligados ao Partido Comunista, seu irmão relata sobre a infância dela: “quando estava no colégio interno, ela escrevia-me sobre coisas como a nacionalização dos bancos. E tinha na época 12 anos de idade”. Seu histórico se desenhou desde sua inserção no movimento estudantil nos anos 70, já apoiando o movimento revolucionário de Naxalbari, na luta pelas liberda-

des civis em Bombaim, até a adesão à luta revolucionária, ajudando a fundar o PCI (ML) (Guerra Popular) em Maharashtra, para daí se tornar uma comprometida revolucionária até sua morte. Nesta época, efetuou uma drástica mudança de vida, largando uma vida privilegiada como acadêmica, para se mudar, junto de seu marido, para Nagpur, segunda cidade com mais favelas na região de Maharashtra, e também com um grande número de dalits, a fim de difundir o movimento revolucionário na região.

Lá, entrou em contato direto com os dalits e sua opressão de intocabilidade e discriminação de casta. Em Mumbai, entrou na efervescência da luta dos dalits contra esta ideologia feudal, até que formaram o Dalit Panther, inspirado pelo partido dos Panteras Negras nos Estados Unidos. O movimento chegou a entrar em confronto com os grupos e partidos de extrema direita hindus, como o Shiv Shena (temos o exemplo notável do conflito em Worli entre os dois grupos em 1974, da qual um dos líderes do Dalit Panther acabou morto). Uma das regiões de Nagpur que Anuradha trabalhou foi a favela de Mayanagar, cuja população era majoritariamente dalit foi alvo de inúmeros ataques chauvinistas dos grupos radicais de extrema-direita. Em resposta a isso, o Dalit Panther se organizou por ali também, com algumas lideranças destacadas oriundas das favelas. Nas ações de resistência contra as ações não apenas do Shiv Shena, mas demais grupos chauvinistas reacionários, Anuradha tomou parte, auxiliando fortemente o movimento Dalit Panther, ainda que à época, o PCI (ML) (GP) inicialmente tenha sido contrário.

Esta experiência vivida diretamente por Anuradha a levou a passar a aprofundar trabalho com a população dalit e sua organização e mobilização, teorizar sobre a questão de casta, colocando isto sob perspectiva revolucionária. Passou

a estudar os mais diversos materiais sobre a questão, se aprofundando nos escritos de figuras como B.R. Ambedkar, reformador social, nascido na casta Dalit, e combateu a sua opressão. À medida que ia se envolvendo com os dalits e ajudando a organizá-los, dava passos importantes no entendimento da questão e como compreender a superação do problema. Assim, passava a desenvolver a questão das castas como parte do problema geral da Revolução Proletária, criticavam antigas abordagens equivocadas, e combinando sua experiência direta e luta junto aos dalits, com seus estudos teóricos, deu a ela uma noção profunda de como tratar o problema, a tornando pioneira em teorizar o horror da intocabilidade sob uma perspectiva marxista, se distanciando de determinada tradição mais próxima do “marxismo ocidental”, inclusive escrevendo o documento do PCI (ML) (GP) sobre a questão das castas. Atualmente, o PCI (Maoísta) também utiliza seus textos como referência.

No que tange a questão das minorias nacionais, o marxismo-leninismo sempre adotou das críticas que Lenin fazia às posturas chauvinistas de determinados “socialistas”, que defendiam o nacionalismo grão-russo, bem como apreensão das experiências históricas onde o problema das nacionalidades era bastante presente, caso da URSS e da China. Stalin também colocou a questão de forma sucinta, sobre a defesa dos direitos das minorias nacionais: “o que provoca descontentamento nessas minorias não é a inexistência de uma união nacional, mas a inexistência do direito de usar a língua materna. Permitted-lhes que se sirvam da sua língua materna, e o seu descontentamento perderá toda a base, que provoca descontentamento nessas minorias não é a inexistência de uma união artificial, mas a inexistência nelas de escolas na

sua língua materna. Dai-lhes essas escolas, e o descontentamento perderá toda a base. (...) Dai-lhes tais liberdades, e deixarão de estar descontentes. Temos, pois, a igualdade de direitos sob todas as suas formas (idioma, escolas, etc.) como ponto indispensável para a solução do problema nacional. Uma lei geral do Estado, baseada na plena democratização do país e que proíba todos os privilégios nacionais, sem exceção, e todas as restrições e limitações de qualquer espécie, opostas aos direitos das minorias nacionais”.

No caso indiano, seria necessário maior esforço para chegar ao fundamental do problema da casta e o que fazer, dado a complexidade do problema, dentro de uma Índia com inúmeros aspectos feudais ainda remanescentes. Nesse sentido, Anuradha conseguiu dar um salto qualitativo para compreensão da questão de casta para o marxismo e ligou a emancipação Dalit com a libertação de toda a Índia.

Em meados dos anos 90, Anuradha foi para a clandestinidade definitivamente, adentrando às selvas de Bastar, com a direção naxalita. Em Bastar ela enfrentou a fome de 97, chegando a condições muito deterioradas.

A respeito deste trabalho que agora publicamos, a militância de Anuradha foi fundamental para a teorização de um feminismo de tipo proletário, a serviço da emancipação da mulher na Índia, dentro da Revolução Democrática de Novo Tipo, e desenvolveu este trabalho entre as mulheres das diversas regiões na qual trabalhava. Avaliou as diversas correntes que se desenvolveram no seio do movimento feminista, desde toda a história da luta das mulheres por seus direitos, se apropriando dialeticamente do que mais se produziu de avançado, bem como criticar tendências burguesas e pequeno-burguesas que se manifestavam, que convertiam-se em

entraves para a emancipação da mulher que, na visão de Anuradha, deve estar ligada à construção de uma nova sociedade e, desta forma, desempenhou papel fundamental para moldar a forma que se enxerga a questão da mulher dentro do PCI (Maoísta) (da qual no IX Congresso, em 2007, foi eleita a única mulher do Comitê Central), oferecendo uma enorme contribuição para as grandes massas de mulheres que vivem em uma sociedade profundamente patriarcal.

Anuradha foi uma comunista exemplar, que usava de seu tempo quando não estava na guerrilha para escrever algo ligado ao movimento revolucionário. Seus escritos teóricos devem ser compreendidos como não meramente de uma teórica, mas escritos oriundos da combinação da teoria com a ação prática revolucionária, de uma verdadeira intelectual orgânica. Seus esforços feitos para compreender a questão das castas e da mulher, que não são separados de sua luta junto da população Dalit e das mulheres, ajudando a mobilizá-las. A publicação de seu trabalho teórico sobre as diferentes correntes do feminismo, é importante não apenas pela divulgação do nome desta revolucionária, de uma revolução ainda pouco conhecida aqui no Brasil, a Revolução Naxalita, bem como pela contribuição para um aprofundamento do debate sobre a necessária libertação da mulher no Brasil.

Samora Machel indicava o caminho, e aí se debruçou Anuradha e devemos nos debruçar aqui: “a emancipação da mulher não é um ato de caridade, não resulta de uma posição humanitária ou de compaixão. A libertação da mulher é uma necessidade fundamental da Revolução, uma garantia da sua continuidade, uma condição do seu triunfo. A Revolução tem por objetivo essencial a destruição do sistema de exploração, a construção duma nova sociedade libertadora das potencialidades do ser humano e que o reconcilia com o trabalho, com

a natureza. É dentro deste contexto que surge a questão da emancipação da mulher. (...) Como fazer triunfar a Revolução sem libertar a mulher? Será possível liquidar-se o sistema de exploração, mantendo uma parte da sociedade explorada? Não se pode liquidar só uma parte da exploração e da opressão, não se pode arrancar metade das raízes da erva ruim sem que esta renasça mais forte ainda a partir da outra metade que sobreviveu. Como fazer então a Revolução sem mobilizar a mulher? Se mais de metade do povo explorado e oprimido é constituído por mulheres, como deixá-las à margem da luta? A Revolução para ser feita necessita de mobilizar todos os explorados e oprimidos, por consequência as mulheres também. A Revolução para triunfar tem que liquidar a totalidade do sistema de exploração e opressão, libertar todos os explorados e oprimidos, por isso tem que liquidar a exploração e opressão da mulher, é obrigada a libertar a mulher”.

Com este volume, com o artigo publicado no *People's March* em março de 2006, cremos poder contribuir para o fundamental debate atual sobre o feminismo. Em um momento histórico em nosso país onde a luta das mulheres contra a violência sexual, por condições equitativas de trabalho, entre outras questões, se amplia cada vez mais, é fundamental que ao lado da prática das lutas cotidianas se desenvolva um grande esforço teórico para dar conta desta experiência, para traçar uma estratégia revolucionária que possibilite concretamente a conquista da emancipação da mulher, diretamente ligada à Revolução Democrática de novo tipo, ininterrupta ao socialismo. É preciso que sigamos o exemplo de Anuradha, que ao fazer a análise crítica dos fundamentos das teorias existentes dentro do feminismo, pode desenvolver concretamente uma concepção materialista histórica sobre a questão da mulher, se apropriando dialeticamente do acúmulo teórico

do movimento feminista e forjando um feminismo proletário que, ao dar conta da análise da luta feminina dentro da totalidade do processo de desenvolvimento da sociedade atual, pode fazer avançar decididamente a luta revolucionária por uma nova sociedade, sob novas bases, onde o patriarcado possa enfim ser destruído e as mulheres possam desenvolver-se plenamente e construir, ao lado dos homens, o socialismo.

UNIÃO RECONSTRUÇÃO COMUNISTA

**SOBRE AS CORRENTES FILOSÓFICAS
DENTRO DO MOVIMENTO FEMINISTA**

Internacionalmente um dos mais notáveis desenvolvimentos na era capitalista foi o surgimento e crescimento do movimento de mulheres. Pela primeira vez na história humana, mulheres se organizaram coletivamente para reivindicar seus direitos, ter seu lugar ao sol. A emancipação da mulher de séculos de opressão tornou-se uma questão imediata e urgente. O movimento desaguou em análises teóricas e soluções para o problema da opressão feminina. O movimento de mulheres desafiou a atual sociedade patriarcal e exploradora por meio de atividades práticas e por teorias.

Não é como se antigamente as mulheres não compreendessem sua opressão. Compreendiam. Articularam isto em diversas formas – canções populares, expressões e poemas concisos, pinturas e outras formas de arte a que tinham acesso. Também se enfureciam contra a injustiça que sofriam. Interpretaram e re-interpretaram mitos e épicos a fim de expressar seu ponto de vista. As várias versões de Ramayana e Mahabharat por exemplo, ainda em circulação entre mulheres camponesas através de canções em várias partes da Índia, são testemunhos vivos disso. Algumas mulheres extraordinárias que apareceram no período feudal que buscaram formas pelos meios disponíveis da época e se tornaram símbolos de resistência contra a ordem patriarcal. Mirabai, a santa, é apenas um exemplo entre vários que causaram impacto na sociedade. Isso é verdadeiro para todas as sociedades no mundo. Era uma contracultura, o que reflete uma consciência dos oprimidos. Mas era limitada por certas circunstâncias e foi incapaz de encontrar uma saída, um caminho para acabar com esta opressão. Em vários casos, buscaram a resposta na religião, ou algum Deus pessoal.

O desenvolvimento do capitalismo trouxe uma enorme mudança nas condições sociais e no pensamento. O conceito

de democracia significou que as pessoas se tornaram importantes. O Liberalismo como uma filosofia política e social orientou esta mudança em sua fase inicial. As mulheres das classes progressistas se mobilizaram de forma coletiva. Assim, pela primeira vez na história, surgiu um movimento propriamente de mulheres, que exigiu da sociedade seus direitos e sua emancipação. Tal movimento, como todos os outros movimentos sociais, teve seus fluxos e refluxos. O impacto do capitalismo, mesmo que construído e distorcido em colônias como a Índia, teve seu impacto em homens e mulheres progressistas. Um movimento próprio de mulheres na Índia surgiu na primeira metade do século XX. Era parte desta efervescência internacional e ainda enraizada nas contradições da sociedade indiana. As teorias que surgiram nos países capitalistas encontraram a rota para a Índia e foram adaptados às condições indianas. O que se apresentou de uma forma ainda mais acentuada no contexto do movimento de mulheres contemporâneo que surgiu na década de 1960 no Ocidente.

O movimento feminino contemporâneo tem suscitado muitos mais desafios perante a sociedade porque os limites do capitalismo na sua fase imperialista são agora abertamente evidentes. Foram necessárias muitas lutas para adquirir legitimidade formal pela reivindicação por igualdade. E, mesmo após isso, tal igualdade ainda não se realizava não apenas nos países atrasados, mas mesmo em países capitalistas avançados como os Estados Unidos e França. O movimento de mulheres agora buscava pelas raízes da opressão no próprio sistema societário em si. O movimento de mulheres analisou o sistema patriarcal e buscou as origens do patriarcado na história. Abordaram as ciências sociais e demonstraram o viés masculino inerente a elas. Expuseram co-

mo uma forma patriarcal de pensar deixou sua marca em todas as análises sobre o papel da mulher na história e na sociedade contemporânea. Mulheres têm história, mulheres estão na história, elas disseram. (Gerda Lerner). A partir de estudos da história, recuperaram as contribuições que as mulheres deram ao desenvolvimento humano e em grandes movimentos e lutas. Também expuseram a divisão sexual do trabalho sob o capitalismo que relegou uma esmagadora maioria de mulheres às categorias com menores salários e menos qualificadas. Expuseram a forma como as classes dominantes, especialmente a classe capitalista, se beneficiava economicamente do patriarcado. Expuseram o caráter patriarcal do Estado, suas legislações e regulamentações. As feministas analisaram os símbolos e tradições de uma determinada sociedade e demonstraram como perpetuam o sistema patriarcal. Deram importância à tradição oral e, portanto, foram capazes de trazer à tona a voz das mulheres silenciadas ao longo da história. O movimento feminista fez com que homens e mulheres olhassem de forma crítica à suas próprias atitudes e pensamentos, suas ações e palavras com relação às mulheres. Desafiou as várias atitudes patriarcais, antimulher que contaminava mesmo movimentos progressistas e revolucionários e afetavam a participação feminina nestes. Não obstante confusões e debilidades teóricas, o movimento feminista contribuiu significativamente para a compreensão da questão das mulheres hoje. O movimento mundial por democracia e socialismo foi enriquecido pelo movimento de mulheres.

Uma das características importantes do movimento de mulheres contemporâneo foi o esforço feito por feministas para teorizar sobre a condição da mulher. Entraram no campo da filosofia a fim de dar um fundamento filosófico à sua análise e abordagem. Mulheres foram até filosofias de libertação

e trabalharam com várias correntes filosóficas que consideravam que poderiam dar uma visão para a luta da mulher. Diversas correntes filosóficas como existencialismo, marxismo, anarquismo, liberalismo, etc., todas foram estudadas e adotadas por ativos movimentos femininos nos Estados Unidos e, em seguida, na Inglaterra. Portanto, as feministas são um grupo eclético que inclui uma grande variedade de abordagens, perspectivas e panoramas que variam de acordo com qual corrente filosófica adotada. No entanto, compartilham o compromisso de dar voz às experiências das mulheres e acabar com a subordinação feminina. Dada a hegemonia do Ocidente, estas tendências também tiveram uma forte influência sobre o movimento das mulheres na Índia. Assim, um estudo sério do movimento das mulheres deve incluir uma compreensão das várias tendências teóricas de dentro do movimento. As filósofas feministas foram influenciadas por filósofos tão diversos como Locke, Kant, Hegel, Marx, Derrida, Nietzsche, Freud. Ainda assim, a maior parte delas concluíram que a filosofia tradicional possui um viés demasiado masculino, onde seus principais conceitos e teorias, sua própria autocompreensão revela “uma maneira distintamente masculina de se aproximar do mundo”. (Alison Jaggar). Daí tentaram transformar a filosofia tradicional.

Tendo em mente este pano de fundo, nos comprometemos a apresentar algumas das principais correntes filosóficas entre as feministas. Algo a se tomar nota é que estas diversas tendências não são fixas e separadas. Algumas feministas se opõem a estas categorias. Algumas mudaram sua abordagem ao longo do tempo, algumas podem mesclar duas ou mais correntes. Ainda assim, para fins de compreensão, esses tópicos gerais podem ser úteis. Mas antes de discutir as

teorias, iremos começar com uma breve introdução ao desenvolvimento do movimento de mulheres no Ocidente, especialmente nos Estados Unidos. Esta digressão é necessária para entender o ambiente no qual que os desenvolvimentos teóricos entre as feministas cresceram.

Visão geral do Movimento de Mulheres no Ocidente

O movimento de mulheres no Ocidente é dividido em duas fases. A primeira fase originou-se em meados do século XIX e terminou na década de 20, enquanto que a segunda fase começou nos anos 60. A primeira fase é conhecida pelo movimento sufragista ou o movimento de mulheres por direitos políticos, ou seja, o direito ao voto. O movimento de mulheres surgiu no contexto de crescimento do capitalismo e divulgação de uma ideologia democrática. Surgiu em um contexto de outros movimentos sociais que emergiram na época. Nos Estados Unidos, o movimento de libertação dos escravos negros e o movimento de organização das crescentes fileiras do proletariado foram uma parte importante do fermento sócio-político do século XIX. Nas décadas de 30 e 40 do século XIX, entre os abolicionistas (aqueles que militavam pela abolição da escravidão), existiam algumas mulheres escolarizadas que enfrentaram a oposição social à campanha de libertação dos negros da escravidão. Lucretia Mott, Elizabeth Cady Stanton, Susan Anthony, Angeline Grimke estavam entre as mulheres ativas no movimento anti-escravidão e que mais tarde se fizeram presentes também na luta pelos direitos políticos das mulheres. Contudo, dentro das organizações anti-escravidão a oposição às mulheres que as representassem e a mulheres na liderança as forçaram a pensar sobre seu próprio status na sociedade e os seus próprios direitos. Nos Estados Unidos, as

mulheres de diversos Estados começaram a se juntar para exigir seus direitos à educação comum com os homens, pelos direitos das mulheres casadas à propriedade e ao divórcio. A Declaração de Seneca Falls organizada por Stanton, Anthony e outras em 1848 provou ser um marco na história da primeira fase do movimento de mulheres estadunidenses. Adotaram uma Declaração de Sentimentos aos moldes da Declaração de Independência, onde reivindicavam direitos iguais no casamento, propriedade, salários e voto. Por 20 anos, após esta Declaração, convenções em âmbito estadual eram chamadas, campanhas de propaganda através de palestras, panfletos, petições de assinaturas foram realizadas. Em 1868, uma emenda foi trazida para a Constituição (14^a emenda), garantindo o direito ao voto aos negros, mas não às mulheres. Stanton e Anthony fizeram campanha contra tal emenda, mas não alcançaram sucesso em impedi-la. Ocorreu então um racha entre as mulheres e abolicionistas.

Enquanto isso, o movimento operário também crescia, embora a liderança sindical estabelecida não estava interessada em organizar as mulheres trabalhadoras. Apenas a IWW apoiou os esforços de organizar as mulheres trabalhadoras que trabalharam longas horas por salários extremamente baixos. Milhares de mulheres eram costureiras. Anarquistas, socialistas, marxistas, alguns dos quais eram mulheres, trabalhavam entre elas e as organizaram. Entre elas estavam Emma Goldman, Ella Reeve Bloor, Mother Jones, Sojourner Truth. Na década de 80 do século XIX, lutas militantes e repressão entraram na ordem do dia. A maior parte das líderes sufragistas não demonstraram interesse na exploração dos trabalhadores e não apoiaram o movimento. Entre o final do século e início do século XX um movimento de operárias desenvolveu-se rapidamente. Seu auge foi a greve de quase 40 mil costureiras

em 1909. As mulheres socialistas eram bastante presentes na Europa e líderes comunistas mulheres como Eleanor Marx, Clara Zetkin, Alexandra Kollontai, Vera Zasulich estavam na linha de frente da luta para organizar as mulheres operárias. Milhares de operárias foram organizadas e jornais e revistas feministas foram publicados. Foi na Segunda Conferência Internacional de Mulheres Operárias em Copenhague que Clara Zetkin, a comunista alemã e famosa líder do movimento internacional de mulheres, inspirada na luta das operárias estadunidenses, mudou a resolução para comemorar o 8 de março como o Dia da Mulher Proletária a âmbito mundial.

Até o fim do século, a situação da mulher havia sido submetida à muitas mudanças nos Estados Unidos. Ainda que não tivessem o direito ao voto, no campo da educação, direitos a propriedade, emprego, haviam conquistado muitos ganhos. Consequentemente, a demanda pelo voto havia ganho respeitabilidade. O movimento tomou um rumo mais conservador, separando a questão de ganhar o direito ao voto de todas as outras questões sociais e políticas. Suas principais táticas eram realizar petições e fazer lobby com os senadores, etc. Tornou-se mais ativo em 1914, com a entrada de Alice Paul que introduziu as táticas militantes das sufragistas britânicas, como piquetes, greves de fome, manifestações, etc. Devido às táticas militantes e forte campanha, as mulheres ganharam direito ao voto nos Estados Unidos em 1920. A luta das mulheres na Inglaterra começou mais tarde do que o movimento nos Estados Unidos, mas tomou um rumo mais militante no começo do século XX com Emmeline Pankhurst, com suas filhas e apoiadoras adotando táticas militantes para chamar atenção para suas demandas, enfrentando prisões diversas vezes para fazer pressão. Elas fundaram a União Social e

Política das Mulheres (WPSU) em 1903, quando haviam se desiludido com o estilo de trabalho de antigas organizações. Foi esta WSPU que encabeçou a agitação pelo sufrágio. Contudo, estas se comprometeram com o Governo britânico quando a Primeira Guerra Mundial estourou em 1914. Tanto nos Estados Unidos, como na Inglaterra, as líderes do movimento eram brancas e das classes médias e branco e restringiram a sua reivindicação para as mulheres com este mesmo perfil. Foram as mulheres socialistas e comunistas que rejeitaram a demanda de voto limitada àquelas com propriedade e ampliaram a reivindicação para incluir o voto para todas as mulheres, inclusas as operárias. Organizaram mobilizações de massas separadas em apoio à exigência de direito das mulheres ao voto. O movimento de mulheres não prosseguiu durante o período da Grande Depressão, ascensão do fascismo e da Segunda Guerra Mundial. No período pós-guerra, os Estados Unidos vivenciaram um boom de sua economia e o crescimento da classe média. Nos anos de guerra, as mulheres haviam tomado todos os tipos de postos de trabalho para executar as atividades econômicas necessárias, mas após o fim do conflito, foram incentivadas a abandonar os seus postos de trabalho e tornarem-se boas donas de casa e mães.

Esta narrativa de prosperidade e contentamento durou até a década de 1960. A agitação social com o movimento negro dos direitos civis ganhou terreno e, mais tarde, o movimento antiguerra (contra a Guerra do Vietnã) surgiu. Foi um período de grande turbulência. A Revolução Cultural, que começou na China também teve seu impacto. A militância política entre estudantes universitários aumentou e foi nesta atmosfera de agitação política e social que o movimento de mulheres mais uma vez surgiu, desta vez inicialmente entre mulheres universitárias e professoras. As mulheres perceberam

que enfrentavam discriminação nos empregos e salários e, em geral, na forma como eram tratadas na sociedade. A ideologia consumista também esteve sob ataque. Simone de Beauvoir já havia escrito *O Segundo Sexo*, mas seu impacto se sentia agora. Betty Friedman escreveu a *Mística Feminina* em 1963. O livro se tornou extremamente popular. Ela teve iniciativa de criar a Organização Nacional de Mulheres em 1966 para lutar contra a discriminação que as mulheres sofriam e lutar pela emenda de direitos iguais.

Mas o movimento autônomo de mulheres (movimento feminista radical) surgiu de dentro do movimento estudantil que tinha inclinações de esquerda. Estudantes negros do Student Non-violent Coordination Council (SNCC) (que havia realizado campanha para os direitos civis para os negros) expulsaram os estudantes homens e mulheres brancas na Convenção de Chicago, com a justificativa de que apenas os negros deviam lutar pela libertação dos negros. Da mesma forma, a ideia de que a libertação das mulheres é a luta exclusiva das mulheres ganhou terreno. Neste contexto, as mulheres membros do Students for a Democratic Society (SDS) exigiram que a libertação das mulheres seria uma parte de seu conselho nacional em sua convenção em junho de 1968. Mas foram vaiadas e votaram contra. Muitas destas mulheres saíram e formaram a Women's Radical Action Project (WRAP) em Chicago. Mulheres de dentro da New University Conference (NUC) – um corpo a nível nacional de estudantes universitários, funcionários e professores que queriam um EUA socialista – formaram um *caucus* de mulheres. Marlene Dixon e Naomi Wisstein de Chicago lideraram este processo. Shulamith Firestone e Pamela Allen começaram atividades semelhantes em Nova York e formaram o New York Radical Women (NYRW). Todas elas rejeitaram a visão liberal que mudanças

nas leis e uma emenda de direitos iguais resolveriam os problemas da opressão da mulher e acreditavam que toda a estrutura da sociedade deveria ser transformada. Daí, chamavam a si mesmas de radicais. Sustentaram a opinião que grupos e partidos mistos (homens e mulheres) como o Partido Socialista, SDS, New Left não seriam capazes de levar adiante a luta pela emancipação da mulher e um movimento de mulheres, autônomo dos partidos, seria necessário.

A primeira ação pública da NYRW foi um protesto contra o concurso de beleza Miss América que levou este nascente movimento de mulheres a ter destaque nacional. Um ano depois, a NYWR se dividiu entre a Redstocking e WITCH (Women's International Terrorist Conspiracy from Hell). As Red Stockings emitiram o seu manifesto em 1969 e neste a posição do feminismo radical foi claramente apresentada pela primeira vez. "Identificamos os agentes de nossa opressão como os homens. A supremacia masculina é a mais velha e a forma mais básica de dominação. Todas as outras formas de exploração e opressão (racismo, capitalismo, imperialismo, etc.) são extensões da supremacia masculina: homens dominam as mulheres, uma minoria de homens domina o resto". "Sororidade é poderosa", "pessoal é político" se tornaram palavras de ordem que ganharam ampla popularidade. Enquanto isso, a SDS emitia o seu documento de posição sobre Libertação das Mulheres, em dezembro de 1968. Este foi debatido por mulheres a partir de vários pontos de vista. Kathy McAfee e Myrna Wood escreveram *Pão e Rosas* para indicar que a luta não podia ser apenas contra a exploração econômica do capitalismo (Pão) mas deveria ser também contra a opressão social e psicológica que as mulheres enfrentavam (Rosas). Estes debates realizados em vários jornais produzidos por grupos de mulheres que surgiram neste período eram

levados com seriedade e influenciaram os rumos e inclinações dentro do movimento das mulheres não apenas nos Estados Unidos, mas também em outros países. Os grupos tomaram principalmente a forma de pequenos círculos de conscientização. Deve-se notar que todos estes movimentos seguiam ou o trotskismo ou a via Cubana de socialismo dentro da esquerda.

Elas se opunham a todos os tipos de estruturas hierárquicas. Dessa forma, as tendências socialistas e radicais dentro do movimento de mulheres surgiram. Ainda que tivesse várias limitações, dentro de uma perspectiva marxista, levantou problemas e trouxe à tona vários aspectos da opressão da mulher. No final dos anos 60 e começo dos 70 nos Estados Unidos e na Europa Ocidental “grupos distintos tinham visões distintas de revolução. Eram feministas, negros, anarquistas, marxista-leninistas e outras versões de política revolucionária, mas a crença de que a revolução já estava no virar da esquina, perpassava essas divisões”. (Barbara Epstein). As feministas socialistas (marxistas) e radicais partilhavam da visão sobre revolução. Durante esse primeiro período, as feministas estavam trabalhando com a teoria marxista e conceitos chave como produção, reprodução, consciência de classe e trabalho. Tanto as feministas socialistas quanto as radicais estavam tentando adaptar a teoria marxista para incorporar um entendimento feminista da posição da mulher. Contudo, após 1975 produziu-se uma virada. A análise sistêmica (do capitalismo, de toda a estrutura social) foi substituída ou reformulada pelo feminismo culturalista. O feminismo culturalista começa com o pressuposto de que homens e mulheres são basicamente diferentes. Debruçou-se sobre as características culturais da opressão patriarcal e destina-se principalmente às reformas neste domínio. Ao contrário do feminismo radical

e socialista, inflexivelmente rejeita qualquer crítica do capitalismo e enfatiza o patriarcado como as raízes da opressão das mulheres e se desvia para o separatismo. No final dos anos 70 e nos anos 80, o lesbianismo político surgiu como uma tendência dentro do movimento feminista. Ao mesmo tempo, as mulheres não-brancas (as negras e as mulheres do terceiro mundo que viviam nos países capitalistas do centro) levantaram críticas ao curso do movimento feminista e começaram a articular suas próprias versões de feminismo. As organizações de mulheres operárias por tratamento igual nos locais de trabalho, creches, etc., também começaram a crescer. Que o movimento feminista havia sido estritamente para as mulheres escolarizadas, brancas, de classe média dos países imperialistas e que estava focando em questões principalmente de seus próprios interesses havia se tornado óbvio. Isso deu origem ao feminismo global ou multicultural.

Nos países do terceiro mundo, grupos femininos também surgiram, mas as questões levantadas não eram necessariamente questões “puras” da mulher. A violência contra a mulher havia sido uma questão de primeira ordem, principalmente estupro, mas junto a isso havia questões que eram oriundas da exploração do colonialismo e neocolonialismo, pobreza e exploração devido ao latifúndio, questões camponesas, gentrificação, apartheid e diversos outros problemas que eram importantes em seus próprios países. Nos anos 90, o pós-modernismo se tornou influente entre as feministas.

Mas a reação conservadora contra o feminismo cresceu nos anos 80, principalmente se opondo à luta feminista pelo direito ao aborto. Também atacaram o feminismo por destruir a família, enfatizando a importância do papel da mulher no ideal familiar. Ainda assim, a perspectiva feminista se espalhou e inúmeros grupos militantes, projetos culturais e

políticos pelas bases cresceram e continuaram na ativa. Estudos femininos também foram difundidos amplamente. Questões de saúde e meio ambiente têm sido o foco de atenção de muitos desses grupos. Muitas feministas de destaque foram absorvidas em trabalhos de Academia. Ao mesmo tempo, muitas das principais organizações e caucus se tornaram grandes instituições, absorvidas pelo establishment, dirigidas e funcionando como qualquer outra instituição burocrática. A militância decaiu. Nos anos 90, o movimento feminista é conhecido mais pelas atividades destas organizações e escritos de feministas na esfera acadêmica. “O Feminismo se tornou mais uma ideia do que um movimento, e um que não tem mais a qualidade visionária que já teve”, escreveu Barbara Epstein na *Monthly Review* em maio de 2001. Nos anos 90, a crescente lacuna entre a condição econômica da classe operária e as minorias oprimidas e as camadas médias, a desigualdade de gênero continua aumentando a violência sobre as mulheres, a investida da globalização e seu impacto sobre as pessoas, principalmente mulheres do terceiro mundo, levou a um interesse renovado acerca do marxismo. Ao mesmo tempo, a participação de mulheres, principalmente jovens, em uma gama de movimentos políticos, como é evidente nos movimentos antiglobalização e antiguerra, ajudou ainda mais o processo de despertar de consciência.

Com este breve balanço geral do desenvolvimento do movimento de mulheres no Ocidente, iremos analisar as proposições das principais correntes teóricas do movimento feminista. Buscavam a criação de uma sociedade que não teria governo, hierarquia e propriedade privada.

1. Feminismo Liberal

O pensamento feminista liberal possui uma longa história nos séculos XVIII e XIX com pensadoras como Mary Wollstonecraft (1759-1797), Harriet Taylor Mill (1807-1858), Elizabeth Candy Stanton (1815-1902) argumentando em favor dos direitos das mulheres sobre uma base filosófica de cunho liberal. O movimento pelos direitos iguais para as mulheres, especialmente a luta pelo direito ao voto, foi principalmente baseada no pensamento liberal. Os primeiros filósofos políticos liberais, como John Locke e Jean-Jacques Rousseau, que defendiam o domínio da razão e a igualdade para todos, não incluíram as mulheres entre aqueles que entendiam merecer a igualdade, particularmente a igualdade política. Falharam ao aplicar teorias liberais à posição da mulher na sociedade.

Os valores do liberalismo, incluindo a crença-chave na importância e autonomia do indivíduo se desenvolveram no século XVII. O liberalismo emergiu com o desenvolvimento do capitalismo na Europa, em oposição aos valores feudais-patriarcais fundados na desigualdade. Era então a filosofia da burguesia ascendente. Os valores feudais estavam baseados na crença da superioridade inerente da elite – especialmente os monarcas. O resto eram súditos, subordinados. Eles defendem a hierarquia, com direitos e poder desiguais. Em oposição a esses valores feudais, a filosofia liberal fez avançar uma crença na igualdade e liberdade naturais dos seres humanos. “Eles defenderam uma estrutura política e social que iria reconhecer a igualdade de todos os indivíduos e provê-los com uma igualdade de oportunidades. Essa filosofia era rigorosamente racional e secular e a mais poderosa e progressiva formulação do período do Iluminismo. Era marcada por intenso individualismo. Ainda que os filósofos liberais mais famosos do século XVIII tais como Rousseau e Locke não aplicassem

os mesmos princípios à família patriarcal e à posição das mulheres nesta. Era a parcialidade patriarcal residual do liberalismo que se aplicava somente aos homens comerciantes". (Zillah Eisenstein).

Mary Wollstonecraft pertencia ao setor radical da aristocracia intelectual na Inglaterra que apoiava as Revoluções Francesa e Americana. Ela escreveu *Reivindicação dos Direitos da Mulher* em 1791 em resposta à interpretação conservadora de Edmund Burke sobre o significado da Revolução Francesa. Nesse folheto, argumentou contra as noções feudais-patriarcais de uma dependência natural das mulheres pelos homens, que mulheres eram feitas para satisfazer os homens, que não poderiam tornar-se independentes. Wollstonecraft escreveu antes do aparecimento do movimento de mulheres e seus argumentos são baseados na lógica e na racionalidade. Por detrás da análise de Wollstonecraft estão os princípios básicos do Iluminismo: a crença na capacidade humana de raciocinar e nos conceitos de liberdade e igualdade que sustentaram e acompanharam as Revoluções Americana e Francesa. Reconhecia a razão como a única autoridade e argumentava que a não ser que as mulheres fossem encorajadas a desenvolver seu potencial racional e a depender apenas de seu próprio julgamento, o progresso de toda a humanidade seria bloqueado. Ela argumentou principalmente a favor das mulheres assistirem à mesma educação que os homens para que também fossem embebidas com as qualidades do pensamento racional e assim ter acesso a oportunidades para ganhar e liderar uma vida independente. Criticou fortemente as ideias de Rousseau sobre a educação das mulheres. Segundo ela, as ideias de que a educação das mulheres deveria ser diferente da dos homens contribuíram para fazer daquelas pessoas mais fracas e artificiais. A lógica de Rousseau

era a de que mulheres deveriam ser educadas de uma maneira que imprimisse nelas a noção de que a obediência é a maior das virtudes.

Os argumentos utilizados refletem limitações de classe de seu pensamento. Ao mesmo tempo em que escreveu que as mulheres das “classes comuns” possuíam maior virtude porque trabalhavam e eram, em certa medida, independentes, também acreditava que “as mulheres mais respeitáveis são as mais oprimidas”. Seu livro foi influente até mesmo na América nesta época.

Harriet Taylor, também parte dos círculos intelectuais burgueses de Londres e esposa do famoso filósofo utilitário James Stuart Mill, escreveu *Sobre a Emancipação [Enfranchisement] das Mulheres* em 1851, em apoio ao movimento de mulheres, que havia acabado de emergir nos Estados Unidos. Dando fortes argumentos liberais contra os oponentes dos direitos femininos e a favor de que as mulheres passassem a ter os mesmos direitos que os homens, escreveu, “nós negamos o direito de qualquer parcela de uma espécie de decidir por outra parcela, ou de qualquer indivíduo decidir por outro, o que é e o que não é ‘o seu devido lugar’. O devido lugar para todos os seres humanos é o maior e mais alto que eles sejam capazes de alcançar...”. Notando a importância do fato de que a sociedade não havia entendido direitos iguais para as mulheres, escreveu “o mundo é muito jovem e acabou de começar a se livrar da injustiça. Só agora está se livrando da escravidão negra... Podemos admirar que ainda não tenha feito tanto para as mulheres?” De fato, a base liberal do movimento de mulheres da forma que ele emergiu em meados do século XIX nos EUA está clara na Seneca Falls Declaration de 1848. A declaração dessa primeira Convenção Nacional começa as-

sim: “nós acreditamos que essas verdades sejam autoevidentes: que todos os homens e mulheres são criados iguais; que eles são dotados por seu Criador com certos direitos inalienáveis; que entre esses está o direito à vida, à liberdade e a perseguir a felicidade...”.

Na fase seguinte do movimento de mulheres, no fim da década de 60, entre as principais proponentes de ideias liberais estavam Betty Friedan, Bella Abzug, Pat Schroeder. Friedan fundou a National Organization of Womans (NOW) em 1966. As feministas liberais emergiram entre aquelas que trabalhavam em grupos de direitos das mulheres, agências governamentais, comissões, etc. Sua preocupação inicial era alterar as leis que negavam igualdade para a mulher na esfera da educação, do emprego, etc. Elas também fizeram campanhas contra as convenções sociais que limitavam as oportunidades das mulheres com base no gênero. Mas, tão logo essas barreiras legais e educacionais começaram a cair ficou evidente que a estratégia liberal de mudar as leis por dentro do sistema existente não era suficiente para conseguir justiça e liberdade para as mulheres. Elas mudaram sua ênfase para lutar por igualdade de condições ao invés de meramente igualdade de oportunidade. Isso significou demandar que o Estado jogue um papel mais ativo na criação das condições nas quais as mulheres possam de fato concretizar as oportunidades que exigem. A demanda por assistência à infância, bem-estar, cuidados de saúde, salário desemprego, regimes especiais para a mãe solteira, etc., foram assumidas pelas feministas liberais. A luta pela Emenda dos Direitos Iguais (ERA) também foi liderada por esse setor do feminismo. O trabalho do setor feminista liberal se deu através de organizações em nível nacional e, desta forma, foram notadas pela mídia. Um setor entre as liberais, podendo-se citar de exemplo Zillah

Einstein, argumenta que o liberalismo possui o potencial de ser uma ideologia emancipadora porque as mulheres trabalhadoras podem, através de suas experiências de vida, ver a contradição entre a democracia liberal enquanto ideologia e a o patriarcado capitalista que as nega a igualdade prometida pela ideologia. Mas o liberalismo não era a tendência mais influente no movimento feminista nessa fase.

Crítica

O liberalismo, enquanto filosofia, surgiu do ventre da sociedade feudal do Ocidente conforme a burguesia lutava para conquistar o poder. Assim, ele incluía um ataque aos valores feudais de uma verdade divinamente ordenada e de hierarquia (desigualdade social). Defendeu a razão e os direitos iguais para todos os indivíduos. Mas essa filosofia era baseada em um individualismo extremado e não em esforços coletivos. Consequentemente, promovia a visão de que se a igualdade formal e legal fosse concedida a todos, então os indivíduos deveriam se aproveitar das oportunidades disponíveis e ter sucesso na vida. A questão das diferenças de classe e seu efeito nas oportunidades disponíveis às pessoas não era levada em consideração. Inicialmente, o liberalismo jogou um papel progressivo na destruição das instituições sociais e políticas do feudalismo. Mas, no século XIX, após o crescimento da classe trabalhadora e de seus movimentos, as limitações do pensamento liberal vieram à tona. Isso porque a burguesia, que havia chegado ao poder, não entendeu os direitos que ela havia professado para os pobres e outros setores oprimidos (como as mulheres, ou os negros nos Estados Unidos). Eles tinham que lutar por seus direitos. O movimento de mulheres e o movimento negro, nessa fase, conseguiram reivin-

dicar seus direitos utilizando o argumento dos liberais. Mulheres das classes burguesas estavam na linha de frente desse movimento e não estenderam a questão dos direitos às classes trabalhadoras, incluindo as mulheres da classe trabalhadora. Mas, conforme a ideologia da classe trabalhadora aparecia, várias tendências socialistas encontraram apoio entre os setores ativos da classe trabalhadora. Elas começaram a questionar o próprio sistema político e sócio-econômico da burguesia e os limites da ideologia liberal, com sua ênfase na igualdade formal e na liberdade individual. Nesta fase, o liberalismo perdeu seu papel progressista e nós entendemos que as principais organizações de mulheres tanto nos Estados Unidos, quanto na Inglaterra que lutavam pelo sufrágio tinham um objetivo estreito e se tornaram pró-imperialistas e anti-operárias. Na fase presente, as feministas liberais tiveram que ir além dos confinamentos estreitos da igualdade formal e fazer campanhas por direitos coletivos positivos como medidas de bem-estar para mães solteiras, prisioneiras, etc., e exigir um Estado de bem-estar social.

O liberalismo possui as seguintes fraquezas:

Foca nos direitos individuais e não nos coletivos.

É a-histórico. Não tem um entendimento compreensivo do papel das mulheres na história nem tem qualquer análise da subordinação (subjugação) das mulheres, tende a ser mecânico em seu apoio à igualdade formal, sem um entendimento concreto dos diferentes setores e classes de mulheres e seus problemas específicos. Desta forma, foi capaz de expressar as demandas das classes médias (mulheres brancas de classe média nos EUA e mulheres das classes e castas mais altas da Índia), mas não as das mulheres de vários grupos étnicos e castas oprimidas, nem as das mulheres da classe trabalhadora.

Restringe-se a mudar as leis e as oportunidades educacionais e de emprego, medidas de bem-estar, etc., e não questiona as estruturas econômicas e políticas da sociedade que fizeram ampliar a discriminação patriarcal. Portanto, é reformista em sua orientação, tanto na teoria, quanto na prática. Acredita que o Estado é neutro e pode ser orientado para intervir em favor das mulheres quando, de fato, o Estado burguês nos países capitalistas e o Estado semicolonial e semi-feudal da Índia são patriarcais e não apoiarão a luta das mulheres por sua emancipação. O Estado defende os interesses das classes dominantes que se beneficiam da subordinação e do status desvalorizado das mulheres.

Uma vez que foca em mudanças nas leis e em políticas públicas para as mulheres, tem apostado no lobby e na petição como meios para conseguir as reivindicações femininas. A tendência liberal frequentemente tem restringido sua atividade para encontros, convenções e organização de petições por mudanças. Raramente mobiliza as amplas massas de mulheres e, de fato, tem medo da mobilização militante das mulheres pobres em grandes números.

2. Feminismo Radical

No feminismo burguês, na primeira fase do movimento de mulheres no século XIX e no começo do século XX, o liberalismo era a ideologia dominante; na etapa contemporânea deste, o feminismo radical teve um forte impacto e, em muitas maneiras, embora difusas, muitas ideias e posições podem ser traçados no argumento feminista radical. Em contraste com a abordagem pragmática tomada pelo feminismo liberal, o feminismo radical visa remodelar a sociedade e reestruturar as suas instituições, que enxergam como inerentemente patriarcais. Fornecendo o que será núcleo teórico do feminismo

moderno, as radicais argumentaram que o papel subserviente da mulher na sociedade estava demasiado intimamente entrelaçado no tecido da sociedade para poder se desvencilhar dele sem uma reformulação revolucionária da própria sociedade. Elas lutaram para substituir as relações hierárquicas e tradicionais de poder, que consideravam refletir o viés masculino da sociedade, com abordagens não-hierárquicas e anti-autoritárias de política e organização.

Na segunda fase do feminismo, nos Estados Unidos, as feministas radicais surgiram dos movimentos sociais dos anos 60 – o movimento por direitos civis, a nova esquerda, e o movimento por paz contra a Guerra do Vietnã. Eram mulheres que estavam insatisfeitas com o papel dado às elas nestes movimentos e a forma com que a nova esquerda abordava a questão da mulher em seus escritos, teóricos e de agitação de massas. Ao mesmo tempo, nenhuma delas queria preservar o sistema atual. Por conseguinte, em sua fase inicial dos escritos havia um debate com o marxismo, uma tentativa de modificar ou reescrever o marxismo. Mais tarde, à medida em que o feminismo radical ganhou força, o materialismo histórico foi posto de lado e toda sua ênfase deslocou-se para uma análise do sistema de sexos/gêneros e do patriarcado desvinculado do sistema capitalista explorador.

Nesta fase do feminismo contemporâneo, a atenção estava voltada para as origens da opressão das mulheres, e muitos trabalhos teóricos foram escritos tentando analisar as formas de opressão das mulheres e traçar as raízes dessa opressão. No entanto, uma coisa que precisa se ter em mente é que em toda a sua escrita se considerou apenas a sua própria sociedade. Daí toda a sua crítica, descrição e análise lidava com sociedades capitalistas avançadas, principalmente os EUA. Em 1970, Kate Millett publicou o livro *Política Sexual*

no qual desafiava a noção formal de política e apresentava uma visão mais ampla das relações de poder, incluindo a relação entre homens e mulheres na sociedade. Kate via as relações entre homens e mulheres como relações de poder; a dominação dos homens sobre as mulheres era uma forma de poder da sociedade. Daí que ter dado como título ao livro “política sexual”. Aqui afirma que o pessoal era político, que se tornou uma palavra de ordem popular do movimento feminista. Ao afirmar que o pessoal é político, o que quis dizer era que o descontentamento que mulheres individualmente sentiam em suas vidas não era devido às falhas individuais, mas devido ao sistema social, que mantinha as mulheres em subordinação e as oprimia em diversas formas. Portanto, seus sentimentos pessoais são políticos. De fato, ela inverteu a compreensão do materialismo histórico ao afirmar que a relação homem-mulher era o quadro para todas as relações de poder na sociedade. De acordo com ela, esta “casta social” (homens dominantes e mulheres subordinadas) prevalece sobre todas as outras formas de desigualdade, seja racial, política ou econômica. É esta a primordial situação humana. Estes outros sistemas de opressão continuarão porque ganham legitimidade lógica e emocional da opressão nesta situação primordial. O patriarcado, segundo ela, era o controle do homem sobre a esfera pública e privada.

Segundo ela, para eliminar o patriarcado, os homens e mulheres devem eliminar o gênero, isto é, a condição sexual, funções na sociedade e maneira de ser, já que foram construídos sob o patriarcado. A ideologia patriarcal exagera as diferenças biológicas entre homens e mulheres e subordinam as mulheres. Millett defendeu uma nova sociedade, que não seria baseado no sistema de sexo/gênero, onde homens e mu-

Iheres seriam iguais. Ao mesmo tempo, argumentou que devemos proceder gradualmente, eliminando os traços indesejáveis como a obediência (entre mulheres) e a arrogância (entre homens). O livro da Kate Millett foi muito influente por muito tempo. Ainda é considerado um clássico para o pensamento das feministas radicais modernas.

Outra escritora influente era a Shulamith Firestone que argumentou em seu livro *Dialética do Sexo* (1970) que as origens da subordinação da mulher e da dominação do homem residiam nos papéis reprodutivos do homem e da mulher. Neste livro, ela reescreve Marx e Engels. Enquanto Engels escrevera sobre o materialismo histórico desta forma: “aquela visão do campo da história que procura a causa última e a grande força motora de todos os eventos históricos no desenvolvimento econômico da sociedade, nas mudanças dos modos de produção e de troca, na consequente divisão da sociedade em classes distintas, e nas lutas destas classes contra umas às outras”, Firestone reescreve isto da seguinte maneira: “O materialismo histórico é aquela visão do campo da história que procura a causa última e a grande força motora de todos os eventos históricos na dialética do sexo: a divisão da sociedade em duas classes biológicas distintas para a reprodução de procriação, e as lutas destas classes contra umas às outras; nas mudanças no modo de casamento, reprodução e guarda de crianças criado a partir destas lutas; no desenvolvimento conexo de outras classes fisicamente diferentes (castas); e na primeira divisão sexual do trabalho que se desenvolveu no sistema de classes (econômico-cultural)”. Firestone focou na reprodução ao invés da produção como a força motora da história. Posteriormente, ao invés de identificar as

causas sociais para a condição da mulher, endereçou motivações biológicas para sua condição e fez delas a força motora da história.

Sentia que o fato biológico da mulher engravidar, era a base material para a submissão da mulher na sociedade e que era necessária uma revolução social e biológica para concretizar a libertação humana. Também tinha a opinião que as diferenças de sexo/gênero precisavam ser eliminadas e nós deveríamos ser andróginos. Mas ela foi além da Kate Millett na solução que defendeu para acabar com a opressão da mulher. Defendia a posição de que a não ser que as mulheres desistissem de seus papéis reprodutivos e renunciassem à maternidade, e que a base da família existente fosse modificada, não seria possível emancipar completamente as mulheres. Daí, segundo ela, a não ser que a reprodução natural fosse substituída e a família biológica tradicional substituída pela família intencional, as divisões biológicas entre os sexos não poderiam ser eliminadas. A família biológica é aquela onde os membros são geneticamente ligados (pais e filhos) enquanto a família intencional, para ela, significa uma família escolhida a partir da amizade ou conveniência. Acreditava que se caso ocorresse essa mudança, os vários complexos de personalidade que se desenvolveram na sociedade atual deixariam de existir. Outras escreveram sobre como historicamente o primeiro conflito social era entre homens e mulheres. O homem, caçador, era propenso à violência e subjugava a mulher pelo estupro. (Susan Brownmiller).

Estes escritos deram o tom para o movimento de mulheres, seu segmento mais radical, que não estava satisfeito com as tentativas das feministas liberais em mudarem as leis e militarem em questões deste tipo. Deram o empurrão para mudar as abordagens até então tradicionais que aceitavam os

papéis reprodutivos, em diferenças de sexo/gênero e questionar a própria estrutura da sociedade como sendo patriarcal, hierárquica e opressora. Elas chamaram pela total transformação da sociedade. Daí as feministas radicais enxergar-se mais como revolucionárias do que reformistas. Suas afirmações fundamentais eram que o sistema de gêneros era a principal causa da opressão da mulher.

Consideraram as relações entre homens e mulheres de forma isolada do resto do sistema social, como a contradição fundamental. Decorrente disso, toda sua orientação e direcionamento de análise e prática trabalha em primeiro lugar com esta contradição e isto as levou para o separatismo. Já que elas focavam no papel reprodutivo da mulher, faziam das relações sexuais e familiares os alvos centrais de suas ações para transformar a sociedade.

O sistema sexo-gênero e o Patriarcado

O ponto central do entendimento radical é o sistema sexo/gênero. De acordo com uma definição popular oferecida por Gayle Rubin, o sistema sexo/gênero é um “conjunto de arranjos pelo qual a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana”. Isso quer dizer que a sociedade patriarcal se utiliza de certos fatos sobre as psicologias masculina e feminina (sexo) como base para construir um conjunto de identidades e comportamentos masculinos e femininos (gênero) que servem para dar poder aos homens e tirá-lo das mulheres, ou seja, ditar como um homem deve ser e como uma mulher deve ser. Isto, de acordo com as feministas radicais, é a base ideológica da subordinação feminina. A sociedade está, de algum modo, convencida de que esses traços de comportamento culturalmente determinados são “naturais”. Portanto, elas dizem que o comportamento

“normal” depende da habilidade de cada um para exibir identidades e comportamentos que a sociedade liga ao seu sexo biológico.

Inicialmente, as feministas radicais (como por exemplo, o grupo de Boston ou o grupo radical de Nova York) acolheram as visões de Kate Millet e de Firestone e focaram nos meios pelos quais o conceito de feminilidade e os papéis e responsabilidades reprodutivas e sexuais (criação infantil, etc.) servem para limitar o desenvolvimento das mulheres enquanto pessoas plenas. Então, reivindicaram a androginia, que significa ser ambos, masculino e feminino, possuir ambos os traços, para que os papéis definidos de forma rígida para cada sexo não permaneçam. Isto significa que mulheres deveriam adotar alguns traços masculinos (e, da mesma forma, homens alguns traços femininos). No entanto, posteriormente, no fim da década de 70, um setor entre as radicais rejeitou o objetivo da androginia e acreditou que isto significaria que as mulheres apreenderem algumas das piores características da masculinidade. Ao contrário, propuseram que as mulheres deveriam afirmar sua “feminilidade”. Mulheres deveriam tentar ser mais como mulheres, isto é, enfatizar virtudes femininas como interdependência, comunidade, conexão, compartilhamento, emoções, corpo, imanência, natureza, confiança, falta de hierarquia, processo, diversão, paz e vida. Daqui para a frente, todo o seu foco se tornou separatista, mulheres deveriam se relacionar somente com mulheres, deveriam criar uma cultura e instituições femininas. Desta forma, mesmo sua visão sobre sexualidade mudou e passaram a acreditar que as mulheres deveriam se tornar lésbicas; e assim passaram a apoiar relações lésbicas monogâmicas como as melhores para as mulheres. Politicamente, tornaram-se pacifistas. Violência e agressão são traços masculinos, segundo elas,

que deveriam ser rejeitados. Elas dizem que as mulheres são naturalmente amantes da paz e que proporcionam a vida. Ao construir instituições alternativas, acreditaram efetuar uma mudança revolucionária. Elas começaram a construir clubes de mulheres, fazer filmes de mulheres e outras formas de uma cultura feminina em separado. Em seu entendimento, a transformação revolucionária da sociedade se dará de forma gradual. Essa corrente é chamada de feminismo culturalista porque se concentra completamente na cultura societária. Elas não relacionam a cultura à estrutura político-econômica da sociedade. Mas esta se tornou a principal tendência do feminismo radical e está entrelaçada com o ecofeminismo e o pós-modernismo. Entre as feministas culturalistas mais conhecidas estão Marilyn French e Mary Daly.

Sexualidade: heterossexualidade e lesbianismo

Uma vez que a relação homem-mulher constitui a contradição fundamental para as feministas radicais, estas têm prestado muita atenção às relações sexuais entre homens e mulheres. A sexualidade se converteu na arena onde a maior parte das discussões e debates do feminismo radical se concentraram. A posição das Igrejas Cristãs no Ocidente é extremamente conservadora em relação a várias questões, incluindo sexo e aborto. Isso é mais característico em países como os EUA, a França e a Itália. A moralidade cristã tem defendido o sexo somente após o casamento e se oposto ao aborto. As teóricas radicais se confrontaram com isso de cabeça erguida. Ao mesmo tempo, expuseram como dentro de uma sociedade patriarcal, nas relações sexuais (mesmo dentro do casamento) as mulheres frequentemente têm a sensação de estarem sendo dominadas. Nesse cenário, questões como repres-

são sexual, heterossexualidade compulsória e homossexualidade, ou escolha e orientação sexuais se tornaram objetos de discussão e de debate.

As feministas radicais acreditam que em uma sociedade patriarcal, mesmo nas relações e práticas sexuais, a dominação masculina prevalece. Isso foi nomeado de “repressão” pela primeira tendência e de “ideologia da objetificação sexual” pelas feministas culturalistas. De acordo com elas, o sexo é visto como ruim, perigoso e negativo. O único sexo permitido e considerado aceitável é a prática marital heterossexual (heterossexualidade significa relações sexuais entre pessoas de diferentes sexos, isto é, entre homens e mulheres). Existe uma pressão da sociedade patriarcal para que as pessoas sejam heterossexuais e, as minorias sexuais, isto é, lésbicas, travestis, transexuais, etc., são consideradas intoleráveis. O prazer sexual, uma poderosa força natural, é controlada pela sociedade patriarcal que separa a assim a chamada prática sexual boa, normal e saudável da prática sexual ruim, não-saudável e ilegítima.

Mas as duas correntes possuem diferenças profundas de concepção sobre a sexualidade, o que afeta as reivindicações que apresentam como também as soluções que oferecem. De acordo com a tendência feminista radical, a repressão sexual é um dos meios mais cruéis e irracionais com o que as forças da civilização controlam o comportamento humano. A permissividade está no melhor dos interesses de mulheres e homens. Pelo contrário, as feministas culturalistas consideram que as relações sexuais heterossexuais são caracterizadas por uma ideologia de objetificação na qual os homens são mestres/sujeitos e as mulheres são escravas/objetos. “A heterossexualidade possui certas similaridades com o colonialismo particularmente em sua manutenção pela força

quando o paternalismo é rejeitado e ao retratar a dominação como natural e no descapacitamento das mulheres". (Sarah Lucia Hoagland). Esta é uma forma de violência sexual masculina contra as mulheres. Portanto, as feministas deveriam se opor a qualquer prática sexual que normalize a violência sexual masculina. De acordo com elas, as mulheres deveriam recuperar o controle sobre sua sexualidade desenvolvendo uma preocupação com suas próprias prioridades sexuais, que são diferentes das dos homens. As mulheres, dizem elas, desejam intimidade e cuidado mais do que desempenho. Portanto, advogam que as mulheres rejeitem as relações sexuais com homens e se tornem lésbicas. Por outro lado, as radicais acreditavam que as mulheres devem buscar o prazer, como disse Gayle Rubin, e não fazer regras. Para feministas culturalistas, heterossexualidade é sobre dominação masculina e subordinação feminina, e assim abre caminho para pornografia, prostituição, assédio sexual e violência doméstica. Portanto, reivindicam que as mulheres deveriam desistir de relações heterossexuais e apostar em relações lésbicas nas quais há envolvimento emocional. Feministas culturalistas enfatizaram a necessidade de desenvolver a "feminidade" essencial das mulheres. O lesbianismo teve grande impulso dentro do movimento de mulheres no Ocidente no começo dos anos 80, mas retrocedeu alguns anos depois.

A solução oferecida pelas feministas culturalistas para pôr um fim à subordinação de mulheres é quebrar a relação sexual entre homens e mulheres, com estas formando uma classe separada. A primeira tendência defende relações sexuais livres, desligadas de qualquer envolvimento emocional seja com homens ou mulheres. Na verdade, as soluções que promovem fazem de uma relação humana íntima um tipo de mercadoria de relacionamento impessoal. Daqui é apenas um

passo para apoiar a pornografia e a prostituição. Enquanto as feministas culturalistas se opuseram fortemente à prostituição, as radicais não concordaram que a pornografia tivesse qualquer impacto adverso na forma com a qual os homens viam as mulheres. Ao invés disso, acreditavam que a pornografia poderia ser usada para pôr fim à repressão sexual. Mesmo na questão de tecnologia reprodutiva, os dois lados divergiam. Enquanto as radicais apoiavam repro-tech, as culturalistas eram opostas a isto. As feministas culturalistas eram da opinião de que mulheres não deveriam desistir da maternidade, uma vez que esse é o único poder que elas possuem. Elas têm sido ativas nos debates éticos levantados pela repro-tech, como direitos da mãe de aluguel ou da biológica.

Crítica

Da análise feita acima é evidente que as feministas radicais viraram o marxismo de cabeça pra baixo, assim por dizer. Ainda que trabalhem com os argumentos no campo do feminismo socialista, alguns pontos precisam ser mencionados. Em sua compreensão das condições materiais levaram em conta o fator físico da reprodução e do papel biológico da mulher como o ponto central de suas análises e concluíram que era este o motivo principal da opressão da mulher. Marx escreveu que a produção e reprodução da vida são as duas condições básicas para a existência humana. Reprodução significa tanto a reprodução dos indivíduos no cotidiano e a reprodução da espécie humana. Mas, de fato, a reprodução das espécies é algo que os humanos compartilham com o reino animal. Não poderia ser esta a base da opressão da mulher. Em todos os milhares de anos em que as pessoas viveram nos primeiros estágios da existência humana, as mulheres não

eram subordinadas aos homens. Na verdade, seu papel reprodutivo era celebrado e envolto em grande importância porque a sobrevivência das espécies e seus grupos dependiam da reprodução. A importância dada à fertilidade e rituais de fertilidade existentes na maior parte das sociedades tribais são testemunhas deste fato.

O marxismo compreende que algumas condições materiais tiveram que surgir para fazer a posição da mulher e subordiná-la. A significativa mudança nas condições materiais veio com uma produção excedente considerável sendo gerada. As classes surgiram no ponto de distribuição deste excedente, tendo sido apropriado por um pequeno número de pessoas de líderes na comunidade. Seu papel na reprodução, anteriormente motivo para ocupar uma posição elevada, agora tornou-se o meio para sua dominação. Passou a ter importante a qual clã pertencia o bebê que ela carregava e é aí que encontramos restrições às mulheres e o surgimento da família patriarcal, na qual a mulher era subordinada e seu principal papel na sociedade era gerar filhos para a família. As feministas radicais trataram o desenvolvimento histórico e fatos históricos de forma leviana e impuseram sua própria compreensão da contradição homem-mulher como a contradição original e principal que determinou os rumos da história.

A partir desse ponto central, as análises radicais abandonaram a história em conjunto, ignoraram a estrutura político-econômica e concentraram apenas nos aspectos sociais e culturais da sociedade capitalista desenvolvida e projetaram a situação dali como uma condição universal humana. Está é outra grande fraqueza de suas análises e abordagens. Já que tomaram as relações entre homens e mulheres (sexo/gênero) como a contradição central da sociedade, todas as suas análises procederam disto e os homens se tornaram os principais

inimigos das mulheres. Já que não possuem nenhuma estratégia concreta para derrubar esta sociedade, rumaram toda sua análise a uma crítica dos aspectos superestruturais – cultura, linguagem, conceitos, éticas, sem se preocupar com o capitalismo e seu papel ao sustentar estas relações de gênero e daí a necessidade de incluir a derrubada do capitalismo em sua estratégia para a libertação da mulher. Enquanto faziam críticas extremamente fortes da estrutura patriarcal, as soluções que oferecem são, na verdade, reformistas. Suas soluções focam em modificar os papéis, atitudes e valores morais e criar uma cultura alternativa. Praticamente, significa que as pessoas podem em alguma medida desistir de certos valores, homens podem desistir de traços agressivos ao reconhecê-los como patriarcais, mulheres podem tentar ser mais fortes e menos dependentes, mas quando toda a estrutura da sociedade é patriarcal, o quão longe estas mudanças podem chegar sem uma derrubada de todo o sistema capitalista é uma questão que elas não abordam. Então, acabam formando pequenos grupos que ao tentar mudar seu estilo de vida, suas relações interpessoais, botam um foco maior na relação interpessoal do que no sistema como um todo. Ainda que elas tenham começado a analisar todo o sistema e querer transformá-lo, sua linha de análise as levou em direção às soluções reformistas. A libertação da mulher não é possível desta maneira. A culpa recai em sua própria base de análise.

As feministas culturalistas foram um pouco mais além ao enfatizarem as diferenças essenciais entre machos e fêmeas e que traços de fêmeas (e não femininos) são desejáveis. Este argumento fez com que a base biológica para as diferenças entre machos e fêmeas fossem mais importantes do que as construções sociais. Na verdade, é um argumento contra-producente porque as forças sociais conservadoras sempre

usaram estes argumentos (determinismo biológico) para justificar a dominação sobre um segmento do povo. Os escravos eram escravos porque tinham determinados traços e precisavam ser dominados, não conseguiam cuidar de si mesmos. Mulheres são mulheres e homens são homens, e são simplesmente diferentes, então os papéis sociais para cada um também são diferentes. É o argumento usado pelas forças conservadoras reacionárias que se opõem à libertação da mulher. Daí o argumento utilizado por estas ter implicações perigosas, que pode e irá repercutir na luta das mulheres por mudanças. Masculinidade e feminilidade são construções da sociedade patriarcal e temos que lutar para mudar estas severas construções. Mas isto está ligado a derrubada de toda a sociedade exploradora. Em uma sociedade onde a dominação patriarcal deixa de existir, como serão os homens e mulheres, que tipo de características irão adotar, é impossível que nós afirmemos. As características que os seres humanos adotarão terão consonância com o tipo de sociedade que irá existir, já que não pode existir uma personalidade humana externa a algum panorama social. Buscar esta feminilidade é como caçar uma miragem e leva a auto decepção. Ao colocar a heterossexualidade como ponto fundamental de sua crítica do atual sistema, encorajaram o separatismo lésbico, assim levando o movimento de mulheres a um beco sem saída. Nada além de formar pequenas comunidades de lésbicas e construir uma cultura alternativa que não poderia e não têm sido capazes de dar um passo à frente para libertar a massa de mulheres da exploração e opressão que sofrem. É impraticável e artificial pensar que as mulheres podem ter uma existência completamente separada da dos homens. Elas desistiram completamente de construir uma sociedade humana melhor. Esta estratégia não trabalha a partir da realidade da grande massa de

mulheres. Objetivamente, se tornou um desvio da construção de um movimento amplo pela libertação da mulher. A corrente radical, ao apoiar pornografia com o argumento abstrato de livre escolha deu um giro reacionário fornecendo a justificativa e apoio à indústria do turismo sexual promovido pelos imperialistas, que submete milhões de mulheres de comunidades étnicas oprimidas e dos países do terceiro mundo à exploração sexual e indescritível sofrimento. Ao passo que criticava a hipócrita e repressora moral sexual da burguesia reacionária e da Igreja, a corrente radical promoveu uma alternativa que apenas aliena ainda mais os seres humanos uns dos outros e degrada a mais íntima das relações humanas. Ao separar o sexo do amor e intimidade, as relações humanas se tornam mecânicas e desumanas. Ademais, seus argumentos estão em isolamento absoluto das verdadeiras condições das vidas das mulheres e suas dolorosas experiências.

Maria Mies fez uma crítica de toda essa corrente que resume a fraqueza da abordagem: “a crença na educação, ações culturais ou mesmo uma revolução cultural como agentes de transformação é crença típica das classes médias urbanas. No que diz respeito à questão da mulher, se baseia no pressuposto de que a opressão da mulher não tem nada a ver com as relações de produção... este pressuposto é mais comum entre as feministas ocidentais, particularmente dos Estados Unidos, que normalmente não falam de capitalismo. Para muitas feministas ocidentais, a opressão da mulher encontra suas raízes na cultura da civilização patriarcal. Para elas, portanto, o feminismo é em grande parte um movimento cultural, uma nova ideologia, ou nova consciência”. (1986)

Este feminismo cultural dominou o feminismo ocidental e também influenciou o pensamento feminista nos países

do Terceiro Mundo. Conecta-se bem com a corrente pós-moderna e desviou toda a orientação do movimento das mulheres, de ser uma luta para mudar as condições materiais de vida das mulheres para ser uma análise de “representações” e símbolos. Foram contra a ideia das mulheres se tornarem uma força militante porque enfatizaram a natureza não-violenta da fêmea. Assim, desrespeitam o papel que as mulheres desempenharam em guerras contra a tirania através da história. As mulheres irão e deverão continuar a ser parte ativa nas guerras justas contra a opressão e a exploração. Deste modo, serão participantes ativas na luta por transformações.

Em suma, podemos ver que a corrente radical do feminismo levou a luta das mulheres a um beco sem saída por defender o separatismo feminino. As principais fraquezas da teoria e de sua análise são: Tomar uma posição filosoficamente idealista ao colocar como central, traços da personalidade e valores culturais em detrimento das condições materiais. Ignoraram completamente a situação material no mundo e focaram apenas nos aspectos culturais.

Colocar a contradição entre homens e mulheres como a contradição principal e, portanto, justificando o separatismo. Colocar um fato natural como a reprodução, como o motivo da subordinação da mulher e rejeitar as razões sócio-econômicas para a condição social da opressão e, assim, fortalecer o argumento conservador de que homens e mulheres são naturalmente diferentes. Colocar homens e mulheres como imutáveis. Ignorar as diferenças de classe entre mulheres e as necessidades e problemas das mulheres pobres. Ao propagar a natureza da mulher como não-violenta, desencorajaram as mulheres a se tornar combativas na luta por sua própria liber-

tação e da humanidade. Apesar de se afirmar radicais, ter soluções completamente reformistas, que não podem levar adiante a libertação da mulher.

3. Anarcafeminismo

O movimento feminista foi influenciado pelo anarquismo e os anarquistas consideraram as feministas radicais, as mais próximas de suas ideias. Por isso, o corpo teórico chamado anarcafeminismo pode ser considerado como parte importante do movimento feminista radical. Anarquistas consideram todas as formas de governo (Estado) como autoritário e propriedade privada como tirania. Enquanto que as ideias anarquistas de Bakunin, Kropotkin e outros clássicos do anarquismo representaram alguma influência, a famosa anarquista estadunidense Emma Goldman foi particularmente influente no movimento feminista. Emma, nascida na Lituânia, migrou para os Estados Unidos em 1885 e ao trabalhar em várias fábricas de costura entrou em contato com ideias socialistas e anarquistas. Se tornou uma agitadora, porta-voz e militante de ideias anarquistas. No movimento feminista contemporâneo, as anarquistas circulam os escritos da Emma Goldman e suas ideias ainda são influentes. Anarcafeministas concordam que não há uma versão do anarquismo, mas dentro da tradição anarquista compartilham um entendimento comum, em (1) crítica das sociedades existentes, concentrando-se sobre as relações de poder e dominação, (2) visão de uma sociedade alternativa, igualitária e não-autoritária, junto de alegações sobre como poderia ser organizada, e (3) estratégia de passar de uma para outra.

Elas tinham como norte uma sociedade onde a liberdade humana fosse assegurada, mas acreditavam que a liber-

dade e comunidade vão juntos. Contudo, as comunidades devem ser estruturadas de tal forma que tornem a liberdade possível. Não deveria desenvolver hierarquias ou autoridade. Sua visão difere da tradição liberal e marxista, mas é mais próximo do que as feministas radicais lutam, que na prática que estão envolvidas. Os anarquistas acreditam que os meios devem ser coerentes com os fins, que no processo pelo qual a revolução está sendo trazida, as estruturas devem refletir a nova sociedade e as relações que têm de ser criadas. Por isso, o processo e a forma de organização são extremamente importantes.

De acordo com os anarquistas, a dominação e subordinação dependem de estruturas sociais hierárquicas que são reforçadas pelo Estado através da coerção econômica (que é através do controle da propriedade, etc.). A sua crítica à sociedade não é baseada nas classes e na exploração, ou na essência de classe do Estado, etc., mas foca na hierarquia e dominação. O Estado defende e apoia estas estruturas hierárquicas e tomada de decisões de forma centralizada são impostas àqueles subordinados na hierarquia. Então, para eles, estruturas sociais hierárquicas são as raízes da dominação e subordinação na sociedade. Isto leva à dominação ideológica também, porque a visão que é promovida e propagada é a visão oficial, daqueles que dominam, dentro da estrutura e em seu processo.

Anarquistas são críticos dos marxistas por que em sua visão, os revolucionários estão criando organizações hierárquicas (o Partido) que iriam trazer as mudanças. De acordo com eles, uma vez que a hierarquia é criada, é impossível para as pessoas no topo renunciarem ao seu poder. Portanto, eles acreditam que o processo pelo qual a mudança é procurada, é igualmente importante. “Em uma organização hierárquica,

não podemos aprender a agir de forma não autoritária”. Anarquistas enfatizam a “propaganda pela ação”, onde ações, através de exemplos positivos encorajem pessoas a participar também. As anarcasfeministas dão exemplos de grupos que criaram várias atividades comunitárias, como controlar uma estação de rádio ou uma cooperativa de comida nos Estados Unidos onde formas não autoritárias de controlar uma organização foram desenvolvidas. A ênfase central é dada em grupos pequenos, sem dominação e hierarquia. Mas o funcionamento destes grupos na prática, cria lideranças tirânicas ocultas (Joreen), o que levou a várias críticas a eles. Os problemas encontrados incluíam lideranças ocultas, ter “líderes” impostas pela mídia, super-representação de mulheres das camadas médias com muito tempo livre, ausência de grupos de tarefas nos quais as mulheres pudessem participar, a hostilidade em relação às que mostraram iniciativa e liderança.

Quando os comunistas levantam a questão que o Estado centralizado controlado pelos imperialistas precisa ser derrubado, eles admitem que seus esforços são pequenos em essência e que existe uma necessidade de coordenação com os demais, para estabelecer contato com outros. Mas não estão dispostos a considerar a necessidade de uma organização revolucionária centralizada para derrubar o Estado. Basicamente, conforme sua teoria, o Estado capitalista não é para ser derrubado, mas deve haver uma libertação dele. (“como proceder contra a estrutura patológica estatal, talvez a melhor palavra seja se libertar dele ao invés de derrubá-lo”, de um manifesto anarcasfeminista – Siren 1971). De suas análises é evidente que diferem fortemente da perspectiva revolucionária. Não acreditam em derrubar o Estado burguês imperialista como a questão central, e preferem gastar suas energias for-

mando pequenos grupos envolvidos em atividades de cooperativas. Na época do capitalismo monopolista é uma ilusão pensar que estas atividades podem se expandir e crescer e gradualmente envolver a totalidade da sociedade. Apenas era tolerado em uma sociedade muito desenvolvida como a dos EUA como uma excentricidade, uma planta exótica. Tais grupos tendem a ser cooptados pelo sistema desta forma. Feministas radicais acharam estas ideias adaptáveis a suas visões e foram bastante influenciadas pelas ideias anarquistas de organização ou houve uma convergência das visões anarquistas de organização com as visões do feminismo radical. Outro aspecto das ideias anarcafeministas é sua preocupação com a ecologia e nós consideramos que o ecofeminismo também cresceu das visões anarcafeministas. De tal modo, os anarquistas nos países ocidentais são bastante ativos na questão ambiental.

4. Ecofeminismo

O ecofeminismo também é bastante próximo do feminismo culturalista, embora as ecofeministas se diferenciem deste. Feministas culturalistas, como Mary Daly, têm uma abordagem em seus escritos que se aproxima de um entendimento ecofeminista. Ynestra King, Vandana Shiva e Maria Mies são alguma das ecofeministas mais famosas. As feministas culturalistas celebram a identificação mulher-natureza na arte, poesia, música nas comunidades. Elas identificam a mulher e a natureza contra a cultura (masculina). Então, por exemplo, são ativamente antimilitaristas. Culpam os homens pelas guerras e pontuam que a preocupação masculina é com feitos violentos.

As ecofeministas reconhecem que as feministas socialistas enfatizaram corretamente os aspectos econômicos e de

classes da opressão que pesa sobre as mulheres, mas as criticam por ignorar a questão da dominação da natureza.

Feminismo e ecologia são a revolta da natureza contra a dominação humana. Pedem que repensemos a relação entre a humanidade e o resto da natureza, incluindo nós mesmos, enquanto seres naturais e incorporados. No ecofeminismo, a natureza é a principal categoria de análise – a inter-relacionada dominação da natureza – psique e sexualidade, opressão humana e os não-humanos, e a crucial posição histórica da mulher nisso. Esse é o ponto de partida do ecofeminismo, segundo Ynestra King. E realmente tem sido notado, segundo ela, que as mulheres estiveram na linha de frente das lutas pela proteção da natureza – o exemplo do movimento Chipko [*Chipko Andolan*] onde mulheres da aldeia se agarram a árvores como forma de impedir que as empreiteiras de as cortar em Tehri. Garhwal prova esse ponto, segundo elas.

Existem muitas correntes no ecofeminismo. As ecofeministas espiritualistas consideram seu espiritualismo como o principal, enquanto o ecofeminismo mundano acredita na intervenção ativa para deter as práticas destrutivas. Defendem que a dicotomia natureza-cultura deve ser dissolvida e nossa unidade com a natureza deve ser recuperada. A não ser que todos vivamos de modo mais simples, alguns de nós simplesmente não serão capazes de sobreviver. Para elas, existe espaço para os homens nesse movimento para salvar o planeta Terra. Existe uma corrente ecofeminista que é contra a ênfase na conexão mulher-natureza. As mulheres devem, segundo essa corrente, minimizar sua conexão especial com a natureza, que é socialmente construída e ideologicamente reforçada. A divisão atual do mundo entre masculino e feminino (cultura e natureza) – homens fazendo cultura e mulheres fa-

zendo natureza (gravidez e educação infantil) – deve ser eliminada e a unidade enfatizada. Os homens devem trazer a cultura à natureza e as mulheres devem levar a natureza à cultura. Essa visão tem sido chamada de ecofeminismo social-constructivista. Pensadoras como Warren acreditam que é errado relacionar as mulheres à natureza, porque homens e mulheres são igualmente naturais e igualmente culturais. Mies e Shiva combinaram elementos do feminismo socialista (o papel do patriarcado capitalista), com elementos das feministas globalistas que acreditam que as mulheres têm mais a ver com a natureza em seu trabalho diário por volta do mundo, com o pós-modernismo que critica a tendência capitalista de homogeneizar a cultura global. Acreditavam que as mulheres do mundo têm similaridades o bastante para lutar contra os patriarcados capitalistas e a destruição que estes geram. Pegando exemplos das lutas de mulheres pela preservação da base da vida contra a destruição ecológica por interesses industriais ou militares, concluem que as mulheres estarão na vanguarda da luta pela preservação ecológica. Advogam uma perspectiva de subsistência na qual as pessoas não devem produzir mais do que o necessário para satisfazer as necessidades humanas, e as pessoas deveriam usar da natureza somente o necessário, não para fazer dinheiro, mas para satisfazer necessidades comunitárias. Homens e mulheres deveriam cultivar virtudes femininas tradicionais (o cuidar, a compaixão, o carinho) e se engajar na produção de subsistência, porque só uma sociedade como esta pode “conseguir viver em paz com a natureza, garantir a paz entre as nações, gerações, homens e mulheres”. Mulheres são não-violentas por natureza, dizem, e apoiarão isso. Elas são consideradas as ecofeministas transformativas.

No entanto, a base teórica para o argumento de Vandana Shiva em defesa da agricultura de subsistência é, na verdade, reacionária. Ela faz uma crítica incisiva da Revolução Verde e do seu impacto como um todo, mas da perspectiva de que é uma forma de “violência patriarcal ocidental” contra as mulheres e a natureza. Ela contrapõe sabedoria não-ocidental à racionalidade/ciência patriarcal e ocidental. Os imperialistas usaram os desenvolvimentos na agrociência para forçar os camponeses a aumentar a produção (para evitar uma Revolução Vermelha) e para ficarem amarrados ao mercado patrocinado pela MNC de insumos agrícolas, como sementes, fertilizantes, pesticidas. Mas Shiva está rejeitando toda a agrociência e defendendo práticas tradicionais de forma acrítica. Afirma que a cultura indiana tradicional com sua unidade dialética entre Purusha e Prakriti era superior ao dualismo filosófico ocidental entre homem e natureza, homem e cultura, etc. Assim, afirma que nessa civilização, em que a produção era de subsistência, para satisfazer as necessidades vitais básicas do povo, as mulheres tinham conexão mais próxima com a natureza. A Revolução Verde quebrou essa ligação.

Na verdade, o que a Shiva glorifica é a pequena economia camponesa pré-capitalista com suas estruturas feudais e desigualdades extremas. Nesta economia, as mulheres labutavam exaustivamente por longas horas sem o menor reconhecimento. Ela não leva em conta as condições das mulheres dalit e das mulheres de outras castas que trabalhavam nos campos e casas dos senhores de terra feudais daquele tempo, abusadas, exploradas sexualmente e não-pagas na maior parte do tempo. Além disso, a vida de subsistência não era baseada em “o bastante para todos”, tendo-se em conta que as mulheres eram privadas mesmo das necessidades mais bási-

cas nesse período pré-capitalista glorificado, não tinham nenhum acesso aos meios de produção e tampouco eram independentes. Essa falta de independência é interpretada por ela e por Mies como rejeição das mulheres do Terceiro Mundo à autodeterminação e autonomia para que valorizem a própria conexão com a comunidade. O que as mulheres valorizam como estruturas de apoio quando não têm qualquer alternativa está sendo projetado, por Shiva, como uma rejeição consciente da autodeterminação. De fato, elas [Mies e Shiva] estão apoiando a economia patriarcal pré-capitalista de subsistência em nome do ecofeminismo da oposição à ciência e tecnologia ocidentais.

Uma falsa dicotomia foi criada entre ciência e tradição. Essa é uma forma de culturalismo ou pós-modernismo que está envolvida na defesa das culturas patriarcais tradicionais das sociedades do Terceiro Mundo e na oposição ao desenvolvimento básico das massas em nome do ataque ao paradigma de desenvolvimento do capitalismo. Nós nos opomos ao destrutivo e indiscriminado empurrão à agrotecnologia que deu o faminto agronegócio imperialista (inclusas nisto sementes geneticamente modificadas, etc.), mas não somos contra aplicar ciência e agrotecnologia para aprimorar a produção agrícola. Sob as atuais relações de classe até a ciência é serva do imperialismo, mas sob um domínio democrático/socialista não vai ser assim. É importante reter o que há de positivo na nossa tradição, mas glorificá-la como um todo é antipovo.

As ecofeministas idealizam a relação entre mulheres e natureza e perdem uma perspectiva classista. As mulheres das classes mais altas, seja nos países capitalistas avançados ou em países atrasados como a Índia raramente mostram qualquer sensibilidade à natureza de tão absorvidas que estão na

cultura global consumista encorajada pelo imperialismo. Elas não pensam no imperialismo como um sistema mundial de exploração. Não têm demonstrado nenhum desejo para mudar seus privilégios e modo de vida básico para reduzir a destruição do ambiente. Para as mulheres camponesas, a destruição da ecologia levou a incontáveis dificuldades para cumprir a realização de suas tarefas diárias, como a aquisição de combustível, água, forragem para o gado. Despejos e deslocamentos forçados pela tomada de suas terras para grandes projetos também as afeta consideravelmente. Portanto, esses aspectos podem e têm se tornado importantes para mobilizá-las em lutas. Mas disto não podemos concluir que as mulheres, ao contrário dos homens, têm uma tendência “natural” à preservação da natureza. A luta contra o capitalismo monopolista, que está implacavelmente destruindo a natureza, é uma luta política, uma tarefa popular, na qual o povo como um todo, homens e mulheres devem participar. E mesmo que as ecofeministas citem a luta de Chipko, de fato há muitas outras lutas em nosso país em que ambos homens e mulheres se mobilizaram no que podem ser consideradas questões ecológicas e por seus direitos. A agitação em Narmada, a mobilização dos camponeses em Orissa contra grandes projetos de mineração, contra o projeto de míssil nuclear ou a luta dos tribais em Bastar e Jharkhand contra a destruição das florestas e grandes projetos siderúrgicos são exemplos disto.

5. Feminismo Socialista

Mulheres marxistas ou socialistas que eram presentes na nova esquerda, no movimento estudantil contra a Guerra do Vietnã nos anos 60 entraram no movimento de libertação das mulheres assim que este surgiu espontaneamente. Influenciadas pelos argumentos feministas colocados dentro do

movimento, levantaram questões sobre seu próprio papel no amplo movimento democrático, e a análise da questão da mulher colocada pela nova esquerda (essencialmente uma esquerda revisionista trotskista crítica da URSS e da China) das quais faziam parte. Ainda que fossem críticas dos socialistas e comunistas por ignorarem a questão da mulher, de forma diferente do feminismo radical não romperam com o movimento socialista, mas concentraram seus esforços em combinar o marxismo com ideias do feminismo radical. Contudo, também existe um amplo espectro entre elas. Em um extremo deste espectro, existe um setor que se denomina como feministas marxistas, que se diferenciam das feministas socialistas porque aderem mais intimamente aos escritos de Marx, Engels, Lenin e concentraram sua análise na exploração das mulheres no âmbito da economia política capitalista. Na outra ponta do espectro, existem aquelas que focaram em como a identidade de gênero é criada através das práticas de criação dos filhos. Focaram nos processos psicológicos e são influenciadas por Freud. Também são chamadas de feministas psicanalíticas. O termo 'feminista' é usado por todas elas. Algumas feministas, que estão envolvidas em sérios estudos e militância política da perspectiva marxista também se chamam de feministas marxistas para denotar suas diferenças das feministas socialistas e seriedade sobre a questão da mulher.

Feministas marxistas como Mariarosa Dalla Costa e outras de um grupo feminista da Itália fizeram uma análise teórica do trabalho doméstico sob o capitalismo. Dalla Costa argumentou de forma detalhada que através do trabalho doméstico, as mulheres estão reproduzindo o trabalhador, uma mercadoria. Daí, de acordo com elas, é errado considerar que apenas valor de uso é criado através do trabalho doméstico. O trabalho doméstico também produz valor de troca – a força

de trabalho. Quando a reivindicação salarial de trabalhadoras domésticas surgiu, Dalla Costa apoiou como um movimento tático para fazer a sociedade perceber o valor do trabalho doméstico. Ainda que a maioria não concordasse com sua conclusão de que trabalho doméstico cria mais valia, nem apoiasse a luta por salários para trabalho doméstico, ainda assim sua análise criou uma grande discussão nos círculos feministas e marxistas em todo o mundo e levou a uma maior consciência de como o trabalho doméstico serve ao capital. A maioria das feministas socialistas criticaram a reivindicação, mas foi longamente debatido. Inicialmente, a questão do trabalho doméstico (início dos anos 70) era uma parte importante de sua discussão, mas na década de 1980 tornou-se claro que uma grande proporção de mulheres estava trabalhando fora de casa ou por alguma parte de suas vidas trabalharam fora de casa. Até o início dos anos 80, 45% da força de trabalho total nos EUA era do sexo feminino. Então, o foco de estudo delas passou a ser a situação da mulher na composição da força de trabalho em seus países. Feministas socialistas analisaram como a mulher nos Estados Unidos sofria discriminação em seus trabalhos e no pagamento de salários. A segregação de gênero no trabalho (concentração feminina em certos tipos de trabalho que são mal pagos) também foi detalhadamente documentada por elas. Estes estudos foram úteis para expor a natureza patriarcal do capitalismo. Porém, para efeitos do presente artigo, apenas a posição teórica que elas tomam sobre a opressão e o capitalismo das mulheres serão considerados por nós. Iremos trabalhar com a posição apresentada por Heidi Hartmann em um artigo muito difundido e debatido, *O casamento infeliz do marxismo com o feminismo; por uma união mais progressista* para entender os fundamentos da posição do feminismo socialista.

De acordo com Heidi Hartmann, feminismo e o marxismo são dois eixos de sistema de análises que se casaram, mas este casamento é infeliz porque apenas o marxismo é dominante, com seu poder analítico ao analisar o capital. Segundo ela, enquanto o Marxismo fornece uma análise do desenvolvimento histórico e do capital, não analisou as relações entre homens e mulheres. Defende que as relações entre homens e mulheres também são determinadas por um sistema que é patriarcal, que as feministas analisaram. Tanto a análise materialista-histórica do marxismo quanto a do patriarcado como uma estrutura histórica e social são necessários para compreender o desenvolvimento da sociedade capitalista ocidental e da posição da mulher neste processo, para entender como as relações entre homens e mulheres foram criadas e como o patriarcado moldou os rumos do capitalismo.

Ela é crítica do marxismo no que tange a questão da mulher. Afirma que o marxismo trabalhou com a questão da mulher apenas quando se relaciona com o sistema econômico. Afirma que mulheres são vistas como trabalhadoras, e Engels acreditava que a divisão sexual do trabalho seria destruída caso mulheres fossem incorporadas à produção, e todos os aspectos da vida das mulheres são estudados apenas em relação à forma como perpetuam o sistema capitalista. Até mesmo o estudo sobre trabalho doméstico trabalhou com a relação das mulheres com o capital, mas não com os homens. Ainda que os marxistas estejam cientes dos sofrimentos da mulher, focaram na propriedade privada e no capital como a origem da opressão da mulher. Em sua visão, os marxistas de outrora falharam ao levar em conta as diferenças das experiências do capitalismo no homem e na mulher e consideraram o patriarcado um resquício das antigas sociedades. Ela afirma que o capital e a propriedade privada não oprimem a mulher

enquanto tal, e disto se segue que sua abolição não irá acabar com a opressão da mulher.

Engels e outros marxistas não analisam corretamente o trabalho da mulher no âmbito familiar. Questiona quem se beneficia de seu trabalho. Não apenas os capitalistas, mas homens também se beneficiam. Uma abordagem materialista não deveria ter ignorado este ponto crucial. Prossegue com a afirmação de que os homens possuem interesse material em perpetuar a subordinação feminina. Mais tarde, sua análise sustentou que ainda que o marxismo nos ajude a entender a estrutura de produção capitalista, a sua estrutura ocupacional e sua ideologia dominante, seus conceitos, como exército de reserva, trabalhador assalariado, classe são cegos em relação ao gênero porque não traçam nenhuma análise sobre quem preenche estes espaços vazios, ou seja, quem será o trabalhador assalariado, quem estará no exército de reserva, etc. Para o capitalismo, qualquer um, independente de gênero, raça ou nacionalidade, pode preenchê-los. Isto, dizem, é onde a questão da mulher acaba por sofrer.

Algumas feministas analisaram o trabalho feminino usando a metodologia marxista, mas adaptando-a. Juliet Mitchell, por exemplo, analisou o trabalho da mulher no mercado, seu trabalho de reprodução, sexualidade e na criação dos filhos. De acordo com ela, o trabalho no mercado é produção e o resto é ideológico. Para Mitchell, o patriarcado opera no reino da reprodução, sexualidade e na criação dos filhos. Ela fez um estudo psicanalítico sobre como personalidades de gêneros são construídas para homens e mulheres. De acordo com Mitchell, “estamos lidando com duas áreas autônomas: o modo econômico do capitalismo e o modo ide-

ológico do patriarcado”. Hartmann discorda de Mitchell porque enxerga o patriarcado apenas como ideológico e não dá a ele uma base material.

Segundo ela, a base material do patriarcado é o controle do homem sobre a força de trabalho da mulher. Eles têm esse controle ao negar o acesso da mulher aos recursos produtivos da sociedade (negando-a um trabalho com um salário que sustente as condições de vida) e restringindo sua sexualidade. Tal controle operaria não apenas dentro do ambiente familiar, mas também no local de trabalho. Em casa, ela serve ao marido e no trabalho serve a seu chefe. Aqui é importante notar que Hartmann não faz distinção entre homens das classes dominantes e outros homens. Hartmann conclui então que não existe nem puro patriarcado, nem puro capitalismo. Produção e reprodução são combinados em uma totalidade da sociedade da forma que ela é organizada e daí temos o que ela denomina como capitalismo patriarcal. Neste sentido, há uma grande parceria entre o patriarcado e o capitalismo. Ela considera que o marxismo subestimou a força e a flexibilidade do patriarcado e superestimou a força do capital. O patriarcado se adaptou e o capital é flexível quando encontra modos de produção anteriores e os adaptou para que supram as necessidades de acúmulo de capital.

O papel da mulher no mercado de trabalho e seu trabalho em casa são determinados pela divisão sexual do trabalho e o capitalismo os utilizou para tratar as mulheres como trabalhadoras secundárias e dividir a classe operária. Outras feministas socialistas não concordam com a posição de Hartmann de que existam dois sistemas autônomos operando, um sendo o capitalismo na esfera da produção e outro sendo o patriarcado na esfera da reprodução e ideologia, e chamam de teoria dos dois sistemas. Iris Young, por exemplo, acredita

que o sistema dual de Hartmann que faz do patriarcado uma espécie de fenômeno universal que existe anteriormente ao capitalismo e em todas as sociedades conhecidas, torna a análise a-histórica e periga ter inclinações raciais e culturais. Iris Young e outras feministas socialistas argumentam que existe somente um sistema que é o *patriarcado capitalista*. Segundo Young, o conceito pode ajudar a analisar mais nitidamente que não é a classe, por esta ser cega em relação a gênero, mas a divisão do trabalho. Argumenta que a divisão sexual do trabalho é central, fundamental para a estrutura das relações de produção.

Entre feministas socialistas recentes mais influentes estão Maria Mies (que também é ecofeminista) que também foca na divisão do trabalho – “a divisão hierárquica do trabalho entre homens e mulheres e sua configuração formam uma parte integral das relações de produção dominantes, isto é, relações de classe de uma época e sociedade particular e de uma mais ampla divisão do trabalho nacional e internacional”. De acordo com ela, uma explicação materialista nos obriga a analisar a natureza da interação das mulheres e dos homens com a natureza e, através disso, construir sua própria natureza humana e social. Neste sentido, é crítica de Engels por não considerar este aspecto. Feminilidade e masculinidade são definidos de forma diferente em cada período histórico. Assim, em tempos antigos, no que ela chama de sociedades matrísticas, as mulheres eram significantes por serem produtivas – elas eram produtoras ativas de vida. Sob condições capitalistas, isto mudou e agora são donas de casa, sem qualidades criativas e produtivas. As mulheres como produtoras de crianças e leite, como costureiras e agricultoras, tiveram uma relação com a natureza diferente da dos homens.

Os homens se relacionam com a natureza através de ferramentas. A supremacia masculina não surgiu de uma contribuição econômica superior, mas do fato que inventaram ferramentas destrutivas sob as quais, controlaram mulheres, a natureza e outros homens. Posteriormente, acrescenta que foi com a economia pastoral que as relações patriarcais se estabeleceram. Os homens aprenderam o papel do sexo masculino na fecundação. Seu monopólio sobre as armas e seu conhecimento do papel do macho na reprodução levou a mudanças na divisão do trabalho. As mulheres não eram mais importantes coletando alimentos ou produzindo, mas seu papel era cuidar das crianças. Então, conclui que “podemos atribuir a divisão assimétrica do trabalho entre homens e mulheres a este modo predatório da produção, ou melhor, apropriação, que se baseia no monopólio masculino sobre meios de coerção, ou seja, armas e violência direta por meio do qual as relações permanentes de exploração e dominação entre os sexos foram criadas e mantidas”. Para sustentar isto, a família, Estado e religião tiveram um grande papel. Ainda que Mies defenda que devemos rejeitar o determinismo biológico, ela mesma acaba guinando em direção a ele.

Diversas de suas propostas para a transformação social, como a das feministas radicais, são direcionadas para uma transformação das relações entre homens e mulheres e acerca da responsabilidade de criar os filhos. A preocupação central das feministas socialistas, segundo ela, é a liberdade reprodutiva. Isso significa que as mulheres devem ter o controle se teriam ou não filhos. A liberdade reprodutiva inclui o direito às medidas seguras de controle de natalidade, ao aborto seguro, creches, um salário decente que consiga criar condições para se cuidar dos filhos, cuidado médico e moradia. Também inclui a liberdade da orientação sexual, ou seja,

o direito de ter filhos fora da norma sociocultural que afirma que as crianças só podem ser criadas em uma família composta por uma mulher e um homem. A mulher fora destas normas deveriam ter o direito de ter e cuidar de crianças. E a criação dos filhos, a longo prazo, deve se transformar de uma tarefa feminina para uma tarefa de homens e mulheres. As mulheres não devem sofrer por não poder ter filhos ou à maternidade compulsória.

Mas reconhecem que para garantir as medidas acima, a estrutura salarial da sociedade deve mudar, o papel da mulher deve mudar, a heterossexualidade compulsória deve acabar, o cuidado de crianças deve se tornar algo coletivo e tudo isto não é possível dentro do sistema capitalista. O modo de produção capitalista deve ser transformado, mas não sozinho, o modo de procriação deve ser transformado conjuntamente. Entre as escritoras mais recentes, uma contribuição importante veio de Gerda Lerner. Em seu livro, *A Criação do Patriarcado*, oferece uma explicação detalhada acerca das origens do patriarcado. Ela discorre que é um processo histórico, que não é um momento na história, devido, não a uma causa, mas um processo que se deu por mais de 2500 anos, desde mais ou menos 3100 AC até 600 AC. Afirma que Engels, em seu trabalho pioneiro, deu grandes contribuições para nossa compreensão da posição da mulher na sociedade e na história. Definiu as principais questões teóricas para os próximos cem anos. Fez proposições a respeito da historicidade da subordinação das mulheres, mas não foi capaz de fundamentar suas proposições. A partir de seu estudo das sociedades e Estados antigos, ela conclui que foi a apropriação das capacidades sexuais e reprodutivas das mulheres pelos homens que foi a base da propriedade privada; precedeu a propriedade privada. Os primeiros estados (a Mesopotâmia e o Egito) foram

organizados na forma patriarcal. Leis antigas institucionalizaram a subordinação sexual da mulher (controle do homem sobre a família) e a escravidão, e foram forçadas com o poder do Estado. Isto foi feito com o uso da força a dependência econômica da mulher e privilégios de classe para mulheres das classes altas. Pelo seu estudo da Mesopotâmia e outros estados antigos, traçou como as ideias, símbolos e metáforas foram desenvolvidas para que se incorporasse as relações patriarcais na civilização ocidental. Os homens aprenderam a dominar outras sociedades, ao dominar suas próprias mulheres. Mas as mulheres continuaram a desempenhar papéis importantes como sacerdotisas, curandeiras, etc., como se nota nos rituais de adoração a deusas. E foi apenas mais tarde que a desvalorização da mulher na religião tomou lugar.

Feministas socialistas utilizam termos como “marxismo mecanicista”, “marxismo tradicional”, “marxismo economicista”, para aqueles que advogam a teoria marxista, concentrando seu estudo e análise na economia e política capitalistas e se diferenciam destas. Criticam todos os marxistas por não considerarem a luta contra a opressão da mulher como o aspecto central da luta contra o capitalismo. De acordo com elas, organizar mulheres (projetos de organização feministas) deve ser considerado trabalho político socialista e atividades políticas socialistas devem ter um lado feminista nelas.

Estratégia do feminismo socialista para a libertação da mulher

Após termo traçado a história da relação entre a esquerda e o feminismo nos Estados Unidos, uma história onde estes andaram separadamente, Hartmann acredita fortemente que a luta contra o capitalismo não pode ser vitoriosa a não

ser que questões feministas também sejam levadas em consideração. Ela propõe uma estratégia que coloca que a luta pelo socialismo deve ser uma aliança com grupos com interesses distintos (por exemplo, os interesses das mulheres são diferentes dos interesses da classe operária em geral) e, em seguida, afirma que as mulheres não devem confiar nos homens em libertá-las após a revolução. As mulheres devem ter suas próprias organizações separadas e sua própria base de poder. Jovens também apoiam a formação de grupos autônomos de mulheres, mas acham que não há questões relativas às mulheres que não envolvam também um ataque ao capitalismo. No que diz respeito à estratégia que pretende construir, ela diz que não há necessidade de um partido de vanguarda para efetivar a revolução e que organizações de mulheres devem ser independentes da organização socialista. Jagger coloca isto claramente quando escreve que “o objetivo do feminismo socialista é derrubar toda a ordem social do que algumas chamam de patriarcado capitalista em que as mulheres sofrem estranhamento em todo aspecto de sua vida. A estratégia do feminismo socialista é apoiar algumas organizações socialistas ‘mistas’. Além de também formar grupos de mulheres independentes e, por fim, um movimento independente de mulheres comprometido com igual dedicação à destruição do capitalismo e da dominação masculina. O movimento de mulheres irá participar de coalizões com outros movimentos revolucionários, mas não desistirá de sua independência revolucionária”.

Elas realizaram agitação e propaganda em questões de anticapitalismo e contra a dominação masculina. Uma vez que identificam o modo de reprodução (procriação, etc.) como a base da opressão da mulher, incluíram-no no conceito marxista da base da sociedade. Então, acreditam que muitos

dos assuntos levantados como a luta contra o estupro, contra o assédio sexual, pelo direito do aborto são anticapitalistas e que questionam a dominação masculina. Apoiaram os esforços em desenvolver uma cultura de mulheres que encorajasse o espírito coletivo, e também apoiam tentativas de construção de instituições alternativas, como unidades de saúde e encorajam morar em comunidades ou algo semelhante. Nisto, elas são próximas às feministas radicais. Porém, diferente das feministas radicais que com isso objetivam permitir às mulheres que se refugiem do patriarcado e da cultura branca, as feministas socialistas não acreditam que algum retiro como esse é possível dentro do quadro do capitalismo. Resumindo, as feministas socialistas enxergam isto como meios de organizar e ajudar mulheres, enquanto as radicais enxergam como um fim de separação completa dos homens. Feministas socialistas, tal qual as radicais, acreditam que as tentativas de mudar a estrutura familiar, que identificam como pilar da opressão da mulher, devem começar desde já. Então, encorajam a viver em comunidades, ou algo que se aproxime disto, um local onde as pessoas tentem superar as diferenças de gênero dividindo tarefas, cuidando de crianças, onde lésbicas e heterossexuais possam conviver juntos. Ainda que estejam cientes que isso é apenas parcial, e que não se pode ser vitorioso dentro da sociedade capitalista, elas acreditam que vale a pena o esforço. As feministas radicais afirmam que estes esforços são “viver em revolução”. Isso implica que este ato é a própria revolução. As feministas socialistas compreendem que a transformação não virá gradualmente, que haverá períodos de refluxo, mas estes são preparações necessárias. Então é esta a prioridade delas.

Tanto as feministas radicais quanto as socialistas enfrentaram fortes ataques de mulheres negras por ignorarem

essencialmente a situação da mulher negra e concentrarem todas suas análises na situação da mulher branca e de classe média, teorizando a partir daí. Por exemplo, Joseph, aponta para a condição das mulheres negras escravas que nunca foram consideradas “femininas”. No campo e nas fazendas, na labuta e nas punições eram tratadas de forma igual aos homens. A família negra nunca poderia se estabilizar sob as condições de escravidão e homens negros dificilmente estavam em condições de dominar suas mulheres, já que eram escravos. Mais tarde, mulheres negras também tiveram que trabalhar e muitas se ocuparam como empregadas domésticas em casas de brancos ricos. Os assédios que enfrentavam lá, as longas horas de trabalho fizeram de suas experiências muito diferentes das mulheres brancas. Daí não concordarem com as concepções da família como a fonte da opressão (para os negros era uma forma de resistência ao racismo), da dependência da mulher ao homem (mulheres negras dificilmente podem depender de homens negros, dado às altas taxas de desemprego entre eles) e o papel reprodutivo da mulher (elas reproduziam o trabalho dos brancos e crianças através de seu emprego nas casas de brancos). O racismo é uma situação onipresente para elas e isso as trazia em aliança mais com os homens negros do que com as mulheres brancas. Em seguida, ela argumenta que as próprias mulheres brancas se envolviam na perpetuação do racismo, para as quais feministas deveriam dar o discernimento das coisas. Inicialmente, as mulheres negras dificilmente participaram do movimento feminismo até que nos anos 80, lentamente, um movimento feminista negro se desenvolveu, tentando combinar a luta contra a dominação masculina com a luta contra o racismo e o capitalismo. Estas críticas e outras similares de mulheres do Terceiro Mundo fez

surgir uma corrente dentro do feminismo chamada feminismo global. Em tal contexto, o pós-modernismo conseguiu também acumular seguidoras entre as feministas.

Crítica

Basicamente, se formos analisar os principais escritos teóricos das feministas socialistas podemos constatar que estão tentando juntar a teoria marxista com a teoria do feminismo radical e a sua ênfase está em provar que a opressão da mulher é a força central e motriz da luta na sociedade. Os escritos teóricos eram predominantemente oriundos da Europa e dos Estados Unidos e focaram na situação dos países capitalistas avançados. Todas suas análises se relacionam ao capitalismo nestes países. Mesmo sua compreensão do marxismo é limitada ao estudo da dialética de uma economia capitalista. Há uma tendência em universalizar a experiência e estrutura dos países capitalistas avançados para o mundo inteiro. Por exemplo, no Sul da Ásia e na China, que tiveram um longo período feudal, vemos que a opressão das mulheres nesse período foi muito mais grave.

A perspectiva maoísta sobre a questão da mulher na Índia também identifica o patriarcado como uma instituição que se constituiu como a causa da opressão da mulher na sociedade de classes. Mas não o enxerga como um sistema separado, com suas próprias leis motoras. O entendimento é de que o patriarcado assume diferente conteúdo e forma em diferentes sociedades, dependendo do seu nível de desenvolvimento e da história e condição específica daquela sociedade particular; que tem sido e está sendo usado pelas classes dominantes para servir aos seus interesses. Assim, não há um inimigo separado para o patriarcado. As mesmas classes do-

minantes, sejam imperialistas ou feudais, e o Estado que estas controlam, são os inimigos das mulheres porque são estas classes dominantes que mantêm e perpetuam a família patriarcal, a discriminação de gênero e a ideologia do patriarcado dentro da sociedade. Recebem o apoio de homens comuns, sem dúvida, que absorvem as ideias patriarcais, que são as ideias das classes dominantes e oprimem as mulheres. Mas a posição de homens comuns e daqueles das classes dominantes não podem ser comparadas como idênticas.

As feministas socialistas ao enfatizarem a reprodução estão desvalorizando a importância do papel da mulher na produção social. A questão crucial é que sem que as mulheres obtenham o controle sobre os meios de produção e sobre os meios de produzir necessidades e riqueza como poderia a subordinação da mulher acabar? Isto não é apenas uma questão econômica, mas também uma questão de poder, um problema político. Embora isto possa ser considerado no contexto da divisão sexual do trabalho, na prática, sua ênfase são nas relações dentro da família heterossexual e na ideologia do patriarcado. Sob outro lado, a perspectiva marxista salienta o papel das mulheres na produção social e a supressão do direito de desempenhar um papel significativo na produção social tem sido a base para sua subordinação na sociedade de classes. Então, estamos preocupados com a forma de como a divisão do trabalho, relações com os meios de produção e o próprio trabalho em uma determinada sociedade está organizada para entender como as classes dominantes exploraram a mulher e a subordinaram. Normas patriarcais e o domínio ajudou a intensificar a exploração da mulher e reduzir o valor de seu trabalho.

Apoiando o argumento dado por Firestone, as feministas socialistas insistem no papel da mulher na reprodução

para construir todo seu argumento. Elas pegam a seguinte citação de Engels: “de acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Porém, esta produção e reprodução possuem um duplo caráter: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, vestimentas, habitação e instrumentos necessários para fabricar tudo isto; de outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie. A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção” (Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado). A partir desta citação, afirmam que em suas análises, apenas se concentraram na produção, ignorando a reprodução que se dá concomitantemente. A citação de Engels dá o quadro básico de uma formação social. O materialismo histórico, nosso estudo da história, torna claro que nenhum aspecto pode ser isolado ou mesmo compreendido sem levar outros em consideração. O fato é que, através da história, as mulheres tiveram um importante papel na produção social e ignorar isto e assegurar que o papel da mulher na esfera da reprodução é o aspecto central e que deveria ser o foco principal está, na realidade, aceitando o argumento das classes dominantes patriarcais que o papel social da mulher na reprodução é o mais importante e nada mais é. As feministas socialistas também distorcem e esvaziam de sentido o conceito de base e superestrutura em sua análise. Firestone diz que (e outras feministas socialistas também, como Hartmann) a reprodução é parte da base. Disto se segue que todas relações sociais conectadas a ela devem ser consideradas como parte da base – família, relações entre homens e mulheres, etc. Se todas as relações econômicas e reprodutivas são parte da base, o conceito de base se torna tão amplo

que perde seu significado e não pode ser uma ferramenta de análise como concebe o materialismo histórico.

A divisão sexual do trabalho tem sido uma ferramenta útil para analisar o viés patriarcal nas estruturas econômicas de sociedades específicas. Mas as feministas socialistas que estão promovendo o conceito de divisão sexual do trabalho como sendo mais útil que propriedade privada fazem uma confusão, histórica e analítica. A primeira divisão do trabalho foi entre homens e mulheres. E foi devido a causas naturais e biológicas – o papel da mulher em carregar filhos. Mas isto não significou desigualdade entre eles – a dominação de um sexo sobre outro. A participação das mulheres na sobrevivência do grupo era muito importante – a coleta de alimentos, a descoberta do cultivo e cuidado de plantas, a domesticação de animais foram essenciais para a sobrevivência e o avanço do grupo. Ao mesmo tempo, teve lugar uma futura divisão de trabalho que não se baseava no sexo. A invenção de novas ferramentas, o conhecimento de domesticação de animais, de cerâmica, do metal, da agricultura, tudo isto e muito mais contribuíram para uma divisão mais complexa do trabalho.

Tudo isso deve ser analisado no contexto de toda a sociedade e sua estrutura – o desenvolvimento de clãs e estruturas de parentesco, de interação e conflitos com outros grupos e do controle sobre os meios de produção que se desenvolveram. Com a geração de excedentes, com guerras e subjugação de outros grupos que poderiam ser levados ao trabalho, o processo de afastar a mulher da produção social aparenta ter iniciado. Isto levou à concentração dos meios de produção e do excedente econômico nas mãos de chefes de clãs e tribos que começou a manifestar-se enquanto dominação masculina. Tenha este controle dos meios de produção se

mantido comunal na forma, ou desenvolvido na forma de propriedade privada, tenha a posterior formação de classe ocorrido plenamente ou não, isto é diferente em distintas sociedades. Devemos estudar os fatos particulares de sociedades em específico. Baseado nas informações que eram disponíveis naquele tempo, Engels traçou o processo na Europa Ocidental em tempos antigos, e é nosso dever traçar este processo em nossas respectivas sociedades. A instituição plenamente desenvolvida do patriarcado apenas poderia surgir depois, isto é, a defesa de ou justificativa ideológica da retirada da mulher da produção social e limitação do seu papel à reprodução em relacionamentos monogâmicos, só poderia vir após o desenvolvimento pleno da sociedade de classes e do surgimento do Estado. Daí o mero fato da divisão sexual do trabalho não explicar a desigualdade. Afirmar que a divisão sexual do trabalho é a base da opressão da mulher ao invés da sociedade de classes ainda deixa uma questão no ar. Se não encontramos quaisquer razões materiais e sociais para a desigualdade somos obrigados a aceitar o argumento que homens possuem algo inato que os leva ao poder e à dominação. Tal argumento já se destrói porque implica que não existe motivo para lutar por igualdade. Nunca poderia ser realizada. A tarefa de parir filhos em si não pode ser a razão desta desigualdade, porque, como dissemos anteriormente, foi um papel que fora louvado e acolhido na sociedade primitiva. Outras razões materiais tiveram que surgir para darem origem à desigualdade, razões estas que as feministas radicais e socialistas não estão investigando.

No campo da ideologia, as feministas socialistas fizeram análises detalhadas expondo a cultura patriarcal na sociedade, o mito da maternidade. Mas uma ênfase unilateral por

parte de algumas delas, que focam exclusivamente nos fatores psicológicos e ideológicos as faz perder de vista a estrutura sócio-econômica mais ampla na qual estas ideologia e psicologia estão baseadas.

Em questões organizacionais, as feministas socialistas estão à direita das radicais e anarcafeministas. Evidentemente, existe uma estratégia colocada, mas não se trata de uma estratégia para uma revolução socialista. É uma estratégia completamente reformista porque não aborda a questão de como o socialismo pode ser alcançado. Se, como elas acreditam, não são os partidos socialistas ou comunistas que deveriam fazê-lo, então os grupos de mulheres deveriam levar adiante uma estratégia de como derrubar o domínio da burguesia monopolista. Elas restringem suas atividades práticas a um pequeno grupo de organização, construindo comunidades alternativas, propaganda geral e mobilização em torno de demandas específicas. É uma forma de prática economicista. Estas atividades em si são úteis para organizar pessoas em um primeiro momento, mas não são suficientes para derrubar o capitalismo e levar a cabo o processo de libertação da mulher. Isto implica um importante trabalho de organização que envolve confronto com o Estado – seus serviços de inteligência e sua força armada. As feministas socialistas deixaram essa questão de lado, encaminhando isto para os partidos revisionistas e revolucionários a quem criticavam. Daí toda sua orientação ser reformista, empreendendo limitada organização e propaganda dentro do atual sistema. Um grande número das teóricas do feminismo radical e socialistas foram absorvidos em trabalhos com grandes salários, das camadas médias, especialmente nas universidades e isto se reflete no elitismo que se infiltrou em seus escritos e no distanciamento dos movimentos de massas. Também se reflete no campo da

teoria. Uma feminista marxista declara, “na década de 1980, no entanto, muitas feministas socialistas e marxistas que trabalhavam em ou perto de universidades e faculdades não só haviam sido completamente integradas às classes médias executivas, como também abandonaram a análise de classe do materialismo histórico...”

6. Pós-modernismo e Feminismo

A crítica dirigida às feministas por mulheres não brancas levou um setor de feministas a se aproximar do multiculturalismo e do pós-modernismo. Bebendo da escritora existencialista Simone de Beauvoir, acreditam que a mulher é o “outro” (oposto à cultura dominante prevalecente, exemplo, dalits, advadis, mulheres, etc.). Feministas pós-modernas glorificam a posição de “outro” porque supostamente permite ter percepções da cultura dominante da qual ela não faz parte. Mulheres, assim, podem se tornar críticas das normas, valores e práticas impostas a todas as pessoas pela cultura dominante. Acreditam que os estudos deveriam ser orientados pelos valores daqueles que estão sendo estudados, os subalternos, que têm sido submetidos à dominação. O pós-modernismo tem gozado de muita popularidade entre as acadêmicas. Elas defendem que não existe nenhuma categoria fixa, nesse caso, mulher. O “eu” é fragmentado por várias identidades – sexo, classe, casta, comunidade étnica, raça. Essas várias identidades possuem um valor em si mesmas. Assim, isso se torna uma forma de relativismo cultural. Portanto, por exemplo, na realidade nenhuma categoria de “mulher” apenas existe. Mulher pode ser uma das identidades do eu, assim como existem outras. Haverá uma mulher dalit, uma mulher dalit prostituta, uma mulher de classe alta, e coisas deste tipo.

Uma vez que cada identidade tem um valor em si mesma, nenhum significado é atribuído aos valores a partir dos quais todos podem se esforçar. Sob esse olhar, não há espaço para achar um terreno comum para a atividade política coletiva. O conceito de mulher ajudou a reunir as mulheres e permitiu-as agir coletivamente. Mas este tipo de política de identidade mais divide do que unifica. A unidade está na base mais estreita de todas. As pós-modernas celebram a *diferença* e a *identidade* e criticam o marxismo por focar em uma “totalidade” – a classe.

Além disto, o pós-modernismo não acredita que a linguagem (ocidentais, pelo menos) reflete a realidade. Acreditam que as identidades são “construídas” através do “discurso”. Assim, em seu entendimento, a linguagem constrói a realidade. Desta forma, muitas têm focado na “desconstrução” da linguagem. Na prática, o efeito dessa concepção é deixar uma pessoa sem nada – não há nenhuma realidade material sobre a qual podemos ter certeza. Essa é uma forma de subjetivismo extremo. As feministas pós-modernas focam na psicologia e na linguagem. O pós-modernismo, em concordância com o famoso filósofo francês Michel Foucault, é contra o que elas chamam de “relações de poder”. Mas esse conceito de poder é difuso e não é claramente definido. Quem empunha o poder? Segundo Foucault, o poder está apenas nas instâncias locais, então a resistência ao mesmo também só pode ser local. Não é esta a base de funcionamento das ONGs que unem as pessoas contra algum poder local corrupto e faz ajustes e acordos com os poderes acima, os governos central e estadual. Na prática, o pós-modernismo é extremamente dividido porque promove a fragmentação entre o povo e dá uma importância relativa às identidades sem qual-

quer base teórica para entender as razões históricas de formação das identidades ou as conexões entre as várias identidades. Então, nós podemos ter uma reunião de ONGs como é o FSM onde todos celebram sua identidade – mulheres, prostitutas, gays, lésbicas, tribais, dalits, etc., mas não há nenhuma teoria trazendo-lhes para um entendimento global, uma estratégia comum. Cada grupo resistirá aos seus próprios opressores, conforme os perceber. Com essa lógica argumentativa, não pode haver nenhuma organização, na melhor das hipóteses podem haver organizações espontâneas a nível local e coalizões temporárias. Defender organização, segundo o entendimento delas, significa reproduzir o poder – hierarquia, opressão. Essencialmente, deixam o indivíduo para resistir por si mesmo, e são contra a resistência organizada de forma consistente e a resistência armada.

Carole Stabile, feminista marxista, coloca o problema de forma correta quando diz: “A tendência anti-organizacional é parte e parcela do pacote pós-moderno. Para organizar qualquer coisa que não seja a mais provisória e espontânea coalizão é, para os teóricos pós-modernos e feministas com visão parecida, reproduzir a opressão, as hierarquias e as formas da dominação intratável. O fato de que o capitalismo é extremamente organizado faz pouca diferença, porque cada um resiste contra uma forma multivalente e difusa de poder. Nem, como Joreen apontou mais de duas décadas atrás, parece importar que a falta de estrutura produza suas próprias formas de tirania. Assim, no lugar da política organizada, a teoria social pós-moderna nos oferta variações de pluralismo, individualismo, agência individualizada e soluções individualizadas que, em última instância, nunca foram – e nunca serão – capazes de resolver os problemas estruturais” (1997). Não

surpreende que, para as pós-modernas, capitalismo, imperialismo, etc., não significam nada mais do que uma forma (específica) de poder. Ainda que o pós-modernismo não seja encontrado em sua forma desenvolvida em uma sociedade semicolonial como a Índia, muitas feministas burguesas têm recebido forte influência deste. Suas críticas veementes das organizações revolucionárias e revisionistas em termos de burocracia e hierarquia também reflete a influência do pós-modernismo nos últimos tempos.

7. Resumo

Apresentamos, de forma breve, as principais tendências teóricas nos movimentos feministas da forma que se desenvolveram no Ocidente no período contemporâneo. Enquanto o debate com o marxismo e dentro do marxismo dominou a década de 70, nos anos 80 o feminismo culturalista com sua agenda separatista e seu foco nos aspectos culturais da opressão às mulheres veio à tona. Questões de escolha sexual e do papel reprodutivo da mulher viriam a dominar o debate e as discussões nos círculos feministas. Muitas feministas socialistas também deram importância a tais questões ainda que não da maneira extrema como as feministas culturalistas o fizeram. A transformação da família heterossexual virou a principal bandeira do movimento feminista burguês e suas seções mais ativas tentaram colocar isso em prática. Ainda que muitas delas tenham visado uma mudança em todo o sistema social, desta forma, de fato, tornou-se uma abordagem reformista o que tentaram teorizar. O pós-modernismo fez sentir sua influência da década de 90. Ainda assim, nos últimos anos desta década o marxismo recomeçou a ganhar importância enquanto teoria dentro das análises feministas.

Essa análise crítica da maneira como o movimento feminista (particularmente as tendências radical e socialista) fez a análise teórica sobre a opressão da mulher, das soluções que apresentou e das estratégias que veio a traçar para tocar o movimento adiante, nos faz concluir que falhas em suas teorias o levou a defender soluções que empurraram o movimento para um beco sem saída. Apesar do tremendo interesse gerado pelo movimento e do extenso apoio que recebe de mulheres que buscam entender seu próprio descontentamento e seus problemas, o movimento não foi capaz de se desenvolver de forma consistente e de base ampla, para incluir não apenas as mulheres de classe média, mas também as da classe trabalhadora e dos setores etnicamente oprimidos. Suas principais fraquezas teóricas e estratégicas são:

Procurar as raízes da opressão da mulher em seu papel reprodutivo. Uma vez que o papel da mulher na reprodução é determinado pela biologia, este não pode ser alterado de nenhuma forma. Ao invés de determinar as causas materiais e sociais da origem da opressão da mulher, focaram em um fator biológico, dado a forma com que caíram na armadilha do determinismo biológico.

Em relação ao papel biológico da mulher, focar na família nuclear patriarcal como a estrutura básica na sociedade na qual a opressão da mulher se origina. Assim, sua ênfase estava em se opor à família heterossexual como a principal base da opressão. Como resultado, a estrutura sócio-econômica mais ampla em que a família existe e que a molda foi ignorada em grande medida.

Tornar a contradição existente entre homens e mulheres na contradição principal. Concentrar sua atenção na mudança do sistema de gênero/sexo – os papéis de gênero que homens e mulheres são condicionados a desempenhar. Isto

significou concentrar-se nos aspectos culturais e psicológicos da vida social, ignorando forças políticas e econômicas mais amplas que levantaram e que defendem a cultura patriarcal. Enfatizar as diferenças psicológicas e de personalidade entre homens e mulheres como biológicas e defender o separatismo para as mulheres. Enfatizar em excesso a libertação sexual das mulheres – grupos separados, vidas separadas – em arranjos e lesbianismo. Essencialmente, isto significou o autoconfinamento dessa seção do movimento de mulheres em grupos pequenos que não poderiam apelar para as massas de mulheres, nem tampouco mobilizá-las.

Cair na armadilha do imperialismo e sua promoção da pornografia, turismo sexual, etc., por enfatizar a necessidade de libertar as mulheres da repressão sexual. Ou, em nome das oportunidades iguais, apoiar o recrutamento de mulheres para o exército ianque antes da Guerra do Iraque em 2003.

A ênfase organizacional no combate à dominação e à hierarquia e o foco na consciência micropolítica de pequenos grupos e nas “atividades alternativas”, que são autodeterminadas, em oposição à mobilização e organização das grandes massas de mulheres oprimidas. Ignorar ou apresentar uma abordagem tendenciosa sobre as contribuições feitas pelos movimentos socialistas e pelas revoluções socialistas na Rússia, China, etc., em trazer uma mudança nas condições de amplos setores de mulheres.

Como análises teóricas incorretas e estratégias equivocadas são capazes de afetar um movimento pode claramente ser observado no caso do movimento feminista. Ao não compreender a opressão da mulher como conectada à ampla exploração sócio-econômica e à estrutura política, ao imperialismo, têm procurado soluções dentro do próprio sistema

imperialista. Tais soluções, no máximo, beneficiaram um setor de mulheres da classe média, mas deixaram as vastas massas de mulheres oprimidas e exploradas distantes de sua libertação. A luta pela libertação das mulheres não pode vencer isolada da luta pela derrubada do sistema imperialista.

Movimento de mulheres na Índia

Muitas das correntes mencionadas anteriormente que se desenvolveram no Ocidente, têm seus reflexos em nosso país, particularmente vistas em alguns núcleos urbanos. Naturalmente, não se repetirão mecanicamente. Ainda assim, iremos focar em algumas de suas manifestações particulares no contexto indiano.

O Liberalismo na primeira fase

No período colonial, no século XIX, as ideias liberais influenciaram setores da *intelligentsia* em diferentes partes da Índia, particularmente no Índia Ocidental e no Sul, o que levou ao surgimento do movimento por reformas sociais. Naturalmente, a difícil situação das mulheres tornou-se uma das questões importantes em torno das quais se realizavam educação e propaganda. Contudo, a especificidade das condições sociais da Índia, onde o sistema de castas constitui importante instituição de opressão e exploração tornou a mobilização por reformas sociais também diferenciada. Já que muitos deles eram oriundos das castas mais altas, levantavam questões que afetavam principalmente as mulheres das castas superiores, como sati, purdah e viúvas que se casavam novamente. Durante o domínio britânico, inicialmente, eram homens os reformadores sociais como Gopal Krishna Gokhale, M.G.Ranade, Agarkar, Veerashivalingu, Ishwarchand Vidyasagar, Keshab Chandra Sen que se inspiravam na filosofia liberal

em sua campanha para melhorar as condições das mulheres. Defendiam a educação feminina. Porém, não defendiam direitos iguais em todas as esferas, procuraram somente melhorar os costumes mais cruéis como *viuvez permanente*.

Ao mesmo tempo, entre as castas médias e os intocáveis também houve um despertar que levou ao surgimento de intelectuais oriundo destas. O enfoque dado por Jotiba Phule era muito mais democrático porque colocou a questão da opressão de casta e ligou a questão da mulher com o sistema de castas. Eles reivindicavam direitos iguais para as mulheres e para todas as castas. Mulheres reformadoras sociais deste período inicial como Tarabai Shinde, Pandita Ramabai, Savitribai Phule, Ramabai Ranade, Muthulaxmi Reddy também deram um enfoque mais democrático, enfrentando a subordinação da mulher no seio da religião e da família. Elas lutaram para difundir a educação entre as mulheres, ajudar as em dificuldade e empregá-las. Ainda assim, suas atividades permaneciam basicamente no quadro das reformas sociais.

No contexto indiano, uma vez que a luta contra costumes e valores feudais se desenvolveu sob um regime colonial, com o apoio parcial da própria potência colonial que sustentava as classes feudais, esta não poderia assumir um conteúdo democrático profundo. Além disso, já que as principais forças pequeno-burguesas e burguesas que lideravam o movimento por reformas não eram a favor de romper com a estrutura feudal desde suas raízes, observamos que a ideologia liberal foi adotada em seu sentido mais limitado. No período após 1947, já que a Índia ainda não viu uma transformação democrática, dado que as mulheres ainda não são aceitas como seres independentes com direitos iguais e a existência de anomalias nas leis que negavam os direitos iguais das mulheres, costumes feudais opressores como o *purdah* e o *sati*,

ainda continuavam, foi possível para mulheres das classes médias e altas ser ativas na questão da discriminação contra a mulher e pelos direitos com um olhar liberal.

Quando as massas foram mobilizadas no movimento antibritânico após a Primeira Guerra Mundial, as mulheres também começaram a se mobilizar por suas exigências. Assim, o movimento de mulheres surgiu dentro do movimento antibritânico. Os setores desse movimento, oriundos das camadas mais altas, eram influenciados pelas ideias liberais. Lideranças femininas como Mridula Sarabhai, organizações como All India Women's Conference (AIWC), Anjuman Khawateen-E-Islam, eram reuniões de mulheres das classes média e alta e realizavam campanhas e petições para os direitos das mulheres à propriedade, aos direitos no casamento, ao direito de voto, etc. Não questionavam a estrutura social ou ligavam a questão do status secundário da mulher com a questão mais ampla da estrutura social. Sua ênfase era garantir os direitos das mulheres através da lei. Hoje, a filosofia liberal rege o funcionamento das organizações e fóruns de mulheres como a Comissão Nacional de Mulheres, organizações gandhistas de mulheres como a SEWA e suas lideranças como Ila Bhatt.

A segunda fase, contemporânea

Mulheres das classes populares como operárias e camponesas, e também as estudantes foram mobilizadas em grandes números sob a influência da ideologia socialista e marxista. Elas participaram ativamente em lutas contra a opressão latifundiária e britânica, e organizações femininas com milhares de membros foram criadas em várias partes do país, especialmente em Bengal, Punjab e Andhra Pradesh. Na primeira fase do movimento de mulheres na Índia, durante a

primeira metade do século XX, tanto as correntes liberais, como as marxistas foram consideravelmente influentes entre as mulheres.

Na segunda fase do movimento feminino na Índia, dos anos 70 em diante, a situação é muito mais complexa e as influências muito mais diversas. A mobilização das massas de mulheres teve lugar em problemas que surgiam das contradições que flagelavam a sociedade indiana: desemprego, aumento de preços, corrupção, contínua e brutal exploração dos camponeses pobres e sem-terra, tribais e não-tribais, pelos latifundiários. Mulheres foram mobilizadas sob liderança dos naxalitas, socialistas e partidos revisionistas como o PCI e o PCI (marxista). As principais lideranças dos grupos urbanos independentes de mulheres que surgiram em meados dos anos 70 vinham de mulheres escolarizadas que haviam sido ativas em vários grupos ou partidos de esquerda (revisionistas, revolucionários e independentes). Eram influenciadas pelo movimento de mulheres do Ocidente e os debates surgidos ali. A questão da violência contra a mulher – estupro, assassinatos pelo marido, sati, assédios, representação sexista da mulher na mídia, violência doméstica, etc., tudo isso foi focado pelo movimento urbano de mulheres. Estes grupos, seus membros e suas atividades inicialmente tiveram apoio da mídia e daí seu impacto amplamente difundido.

O movimento urbano de mulheres surgiu espontaneamente de forma independente de qualquer partido político. Sob o impacto do movimento de mulheres no Ocidente, os grupos também apontaram a importância de ter autonomia de partidos. A influência predominante sobre o movimento de mulheres autônomas era a do feminismo socialista. As atividades e pensamento desses grupos e indivíduos também passou por muitas mudanças ao longo dos últimos vinte e cinco

anos. Responderam de forma diferentes às várias campanhas realizadas por elas. O crescimento de partidos e organizações de direita, particularmente o BJP, VHP e Bajrang Dal afetou o movimento. A mobilização de grandes números de mulheres em apoio ao sati, na campanha para demolir o Babri Masjid, e mesmo em apoio ao movimento contra os pogroms contra muçulmanos em Gujarat fez o movimento de mulheres perceber que mera “sororidade” não pode unir todas as mulheres. A natureza das atividades realizadas pelos grupos urbanos mudou no final dos anos 80, com menos foco em propaganda entre as mulheres e mobilização de massas entre estas, além de mais ênfase em documentação, influência na mídia, lobby pelas mudanças em leis, etc., ajudando mulheres em dificuldades. O impacto do feminismo socialista é bem mais amplo do que destes grupos porque se espalhou entre homens e mulheres da comunidade acadêmica e entre setores amplos de mulheres intelectuais.

O impacto do feminismo socialista pode ser claramente visto na forma com que as questões são levantadas. O foco destes grupos tem sido no patriarcado, em especial na violência familiar e suspeitam de qualquer política organizada, inclusos partidos revolucionários. Mas de forma consistente, se opuseram às políticas direitistas e expuseram seu caráter antimulher através de seus escritos e pesquisas. Também desempenharam papel importante ao expor a brutalidade destes partidos e do Estado em manifestações e pogroms e seu impacto em mulheres, seja nos protestos anti-sikh em Délhi em 1984 ou no massacre de Gujarat em 2002. Mas não tiveram um papel tão significativo ao apoiarem diversos movimentos de massa que surgiram nas últimas duas décadas nas regiões rurais onde as mulheres desempenharam papel ativo e também sofreram forte repressão do Estado. O

pacifismo que foi promovido pelas feministas culturalistas é influente entre várias feministas (inclusas não-gandhistas) e daí encontramos um enorme setor que se opõem às formas militantes de luta e se opõem à luta armada dos oprimidos.

Gail Omvedt tem sido uma importante escritora na Índia que teorizou sobre a questão da mulher dentro do amplo quadro do feminismo socialista. Diferente de muitas outras feministas, Gail Omvedt sempre deu importância aos movimentos de massa e, especialmente, ao movimento de mulheres rurais (*We Will Smash this Prison*) e, assim, aqueles que lutam pela revolução deram importância a seus escritos. Em seu livreto amplamente lido, *Violência contra a Mulher, novos movimentos e novas teorias*, escrito em 1990 e reimpresso em 2000, focou em três novas teorias – a análise e programa dado pela organização Shetkari Sangathana liderado por Sharad Joshi, a análise de Sharad Patil e a de Vandana Shiva e o apoio ao Movimento Chipko. Ela considera estas como intelectuais orgânicas que deram contribuições significantes para a causa da mulher na Índia. Sharad Joshi iniciou uma mobilização massiva de mulheres camponesas de 1987 a 1990 sob a bandeira da Shetkari Mahila Agadhi (Frente de Mulheres Camponesas) em Maharashtra e pressionou pela participação ativa de mulheres nas eleições locais para Panchayats e Zilla Parishads. Sharad Patil, anteriormente uma líder distrital do PCI (Marxista), fez um estudo detalhado baseado em antigos textos sobre as origens das castas na Índia – a escravidão dos Dasa Shudra e, a partir disto, traçou o surgimento da opressão da mulher. Ele acreditava que apenas o marxismo não poderia adequadamente analisar a história da Índia e a particularidade das castas nos obriga a também adotar a abordagem teórica desenvolvida por Phule e Ambedkar (recentemente es-

te repudiou tal fusão teórica). As visões ecofeministas de Vandana Shiva foram analisadas por ela. Apresentando seus pontos básicos e suas debilidades e pontos corretos, ela ressalta que todos dão importância ao papel da violência em subjugar as mulheres contra a explicação “marxista tradicional”, que lida apenas com causas econômicas, como a produção de valor e o surgimento da propriedade privada. Então, Omvedt passa a dar a sua própria análise sobre as origens da opressão das mulheres.

Omvedt acredita que a análise de Engels ultrassimplificou as origens da opressão das mulheres, ao considerar que surgiu com o desenvolvimento da sociedade de classes a partir do aparecimento da propriedade privada e do Estado. De acordo com ela, “rejeitamos as simplificações do marxismo tradicional que considera a violência apenas como um epifenômeno e temos que descartar a interpretação de ‘classe’ e de ‘luta de classes’ em termos de propriedade privada e da centralidade de uma fábrica baseada em um proletariado, em grande parte, do sexo masculino”. Também rejeita a simplificação das feministas radicais de que a dominação masculina estava associada ao ato de caçar, considerado como a forma mais antiga de exploração e de violência.

Historicamente – defende – ainda que sociedades agrícolas assentadas apareceram entre 10.000 e 8.000 AC, nas quais havia a produção de excedentes, ainda por um longo período não haviam evidências de violência, exploração de classe ou dominação patriarcal. Ela segue o estudo de Gerda Lerner, que diz que a dominação patriarcal é visível com o surgimento dos primeiros estados (3.000 AC). No entanto, afirma não haver evidências para sustentar que a propriedade privada ou a propriedade da terra precederam a formação desses estados, que não há nenhuma classe proprietária de

terras ou de escravos cujo poder é baseado na propriedade privada de bens. Ela acredita que esses primeiros Estados eram próximos ao modo de produção asiático e que havia uma “classe estatal” que extraía o excedente dos camponeses, entre os quais ainda não haviam diferenças de classe. As classes surgiram posteriormente, e a análise de Engels dá conta apenas dos Estados que apareceram quase dois mil anos depois na Grécia, Roma e Magadha (Bihar). Disso conclui que “no geral, as evidências históricas e arqueológicas dão razão à ênfase no papel autônomo da força e da violência encontrada na teoria de Shetkari Sanghatana e outras teorias recentes”. Neste período antigo, a violência organizada e legitimada pelo Estado era central no desenvolvimento dos saques, da exploração econômica e do patriarcado. Então, ela acrescenta que é necessário analisar também o papel do sistema de castas no desenvolvimento da dominação de Estado, da exploração e do patriarcado. Além disso, com a situação do capitalismo e do imperialismo atualmente e sua ligação com a destruição ecológica, haveria necessidade de se incorporar as preocupações das ecofeministas. Finalmente, acrescenta que as dialéticas do sexo, as formulações das feministas radicais precisam ser incorporadas em uma análise holística. Assim, de acordo com ela, a questão da opressão das mulheres está relacionada a condições básicas que incluem – “controle da propriedade e dos meios de produção, controle do poder político e dos meios de violência, controle sobre seus próprios corpos e dos meios de reprodução” – e todos esses apareceram na agenda do movimento de mulheres no presente. As feministas urbanas e da esquerda tradicional não têm abordado com propriedade nenhuma dessas questões e cada uma delas está sendo assumida por diferentes movimentos. Ela acredita que as teorias, ideias e métodos convencionais estão

sendo desafiados. Acredita que a luta de liberação não é simplesmente aquela de mobilizar um exército para capturar o poder de Estado e estabelecer uma sociedade socialista, mas de mudar os indivíduos tanto quanto transformar os movimentos coletivos contra a exploração eles mesmos. Isso está sendo feito, não pela velha esquerda ou as feministas urbanas, mas por movimentos que surgem das profundezas da ordem social exploradora e destrutiva, os movimentos de camponeses, dalits e adivasis.

A perspectiva de Omvedt, ainda que traga alguns pontos importantes que o movimento de mulheres precisa incorporar, é, de fato, mais reformista do que transformadora. Ainda que assinale a importância dos movimentos de massa e, especialmente, dos movimentos rurais no contexto indiano, não faz nenhuma distinção entre reforma e revolução. De fato, a revolução não está, em absoluto, na agenda dela. Enquanto sua análise das origens do patriarcado lida com o papel do Estado na Antiguidade, absolutamente não lida com o papel do Estado na situação contemporânea. Apesar de levantar a questão do papel do Estado na presente incidência de violência sobre as mulheres, não a enfrenta, não tenta respondê-la. Enquanto os sistemas de casta e de classe na Índia rural continuarem como estão, e com a extrema competitividade que existe dentro das políticas da classe dominante, o quanto eficientes as mulheres podem ser ao usar essas instituições para reduzir a violência contra elas? Quais foram as experiências da última década e meia das mulheres que participaram das zilla parishads e panchayats? A questão do poder político é certamente crucial, mas a libertação das mulheres não pode ser levada adiante por mulheres com cargos de poder na atual configuração exploradora e corrupta. A falta de vontade de Omvedt para considerar a – difícil, mas necessária

– tarefa concreta da revolução, a derrubada do Estado, a sua rejeição dessa tarefa torna sua análise em nada diferente daquela das reformadoras liberais. Também ignora o amplo movimento dos maoístas na Índia e o papel jogado neste pelas mulheres, particularmente as mulheres adivasis.

Omvedt usa o termo velha esquerda ou esquerda tradicional para referir-se a todos que reivindicam uma análise marxista, particularmente os partidos comunistas. Isto é problemático porque, ao usar esse termo não-científico e desnecessariamente amplo, coloca, no mesmo saco, marxistas de vários matizes, trotskistas, maoístas, e até revisionistas do PCI (Marxista), esses últimos que fazem parte das classes dominantes. Após o trabalho pioneiro de Engels, marxistas revolucionários em todo o mundo têm tomado várias medidas para combater a opressão das mulheres no curso dos movimentos revolucionários e após a revolução. Nesse sentido, os esforços feitos na China durante o movimento revolucionário e posteriormente, as formulações de Mao Tsé-tung, a teorização durante a Revolução Cultural e a prática iniciada nesse período, tudo isso deve ser levado em conta antes de rejeitar as “simplificações do marxismo”. A interpretação mecânica e o atraso de alguns marxistas indianos não pode ser usado para rejeitar o marxismo como um todo. Este tipo de uso seletivo da história não contribui em nada para a causa das mulheres. Permanece o fato de que Omvedt enfatizou o papel da violência na subjugação das mulheres, mas não se mostrou capaz de responder à questão que surge a partir daí – violência para quê? Se ela responder “para controle reprodutivo”, a questão ainda se impõe, controle reprodutivo com que propósito? A formulação de Engels era extremamente complexa – ele tentou determinar as causas materiais da opressão das

mulheres na história e para isto entrelaçou os fatores econômicos (excedente, classes), os sociais (parentesco, família) e os políticos (o surgimento do Estado). O Estado é o instrumento da violência e é necessário para a subjugação.

As visões de Periyar e de Ambedkar também influenciavam o entendimento da questão da mulher na Índia. Um grande número de mulheres das castas dalit têm sido mobilizadas por organizações que professam o “ambedkarismo”, e essa corrente também tem ganho adesões entre os acadêmicos na última década. Ambedkar era profundamente influenciado pela filosofia liberal e, portanto, ativamente lutou para conquistar igualdade para os dalits e para as mulheres na Índia. A queima da Manusmriti, a elaboração do Código Bill Hindu (que pretendia dar às mulheres hindus os direitos de casamento, propriedade, adoção, etc.) eram os meios pelos quais ele tentou destacar a situação das mulheres na Índia. No contexto específico da opressão de casta na Índia, da qual dalits e mulheres são as maiores vítimas, Ambedkar estudou a fonte da opressão de casta e suas origens. Em seu trabalho *Quem eram os Shudras?* concluiu que a religião Hindu, da maneira que foi desenvolvida pelos Brahmins, é responsável pela condição degradante das mulheres e, posteriormente, fez campanha para expor a natureza essencialmente desigual da religião. Periyar também denunciou as tradições brahmínicas que negavam às mulheres um status igual. Ainda que isso tenha significado que o ataque se concentra na cultura tradicional, tendendo a dar menos importância às causas materiais, pela primeira vez a ligação entre a opressão de casta e a das mulheres foi claramente articulada pelo movimento não-brahmínico na Índia.

A influência do gandhismo era marginal quando o movimento de mulheres reemergiu na década de 70 na Índia, porém, nos anos 90, este ganhou fortes proponentes na figura de pensadoras famosas como Madhu Kishwar e Vandana Shiva. Existem diferenças consideráveis entre elas, mas ambas assinalam a importância dos métodos não-violentos e glorificam as tradições pré-coloniais e a vida comunitária nas aldeias. Enquanto Shiva apoiou o princípio prakriti que apresenta as mulheres como uma força ativa em relação à natureza, Madhu Kishwar tem apoiado a tradição indiana e buscado elementos desta que são fortalecedores das mulheres. Ela tende a defender a tradição em todos os seus aspectos. Portanto, criticou as organizações de mulheres que atacaram práticas tradicionais misóginas como o sati. De acordo com ela, precisamos fazer uma distinção entre a imolação forçada de viúvas, que é um ato criminoso, e a tradição do sati, que era uma celebração do poder e da superioridade espiritual das mulheres. Kishwar enfatiza que através do princípio de auto sacrifício, muitas mulheres ganharam apoio e proteção consideráveis dentro da família e da comunidade. Ela interpreta a popularidade de Sita, como uma mulher e esposa ideal, também a partir da mesma perspectiva. As classes dominantes feudais criaram essa cultura patriarcal para assegurar a subjugação continuada das mulheres. Ao internalizar tais valores, as mulheres têm procurado obter a aprovação da sociedade – ou seja, os setores dominantes da aldeia ou comunidade. O comportamento baseado neste tipo de internalização de valores patriarcais só poderia levar a uma ilusão de poder para as mulheres, que fez sua real escravização invisível. A defesa acrítica que Kishwar faz da tradição se encaixa com a abordagem pós-moderna de aclamar a localidade e de enfatizar a questão da identidade. Isso vai contra os básicos interesses

da massa de mulheres que são oprimidas pelas tradições feudais, que ainda dominam e negam até mesmo seu direito à vida por meio dessas mesmas tradições e atitudes. Ao defender a não-violência como um princípio absoluto, estão negando às mulheres o direito de escolher a forma com que se vai levar a luta pela liberação adiante. Ambas, Madhu Kishwar e Gail Omvedt, são apoiadoras diretas da globalização. Ignorando completamente os fatos, são da opinião de que o regime da OMC dará oportunidades para os camponeses, as mulheres, os dalits, etc.

Uma força importante organizando as mulheres dentro do país são as ONGs, que trabalham principalmente entre as mulheres camponesas e moradoras de favelas. Mas a maior parte destas está envolvida na execução direta dos projetos patrocinados pelo governo como os grupos de autoajuda, microcrédito e organização da comunidade. A maior parte dessas atividades tem sido levada a cabo com a ajuda de fundos do governo ou de doadores estrangeiros, como Igrejas, fundações, etc. Não são parte do movimento de mulheres, mas se apropriaram da língua e a cultura (músicas, etc.) do movimento de mulheres enquanto implementam as políticas dos governos centrais e do Estado entre as mulheres. Nesse sentido, estão tentando antecipar o crescimento de um movimento de mulheres independente e evitar que as mulheres se somem à luta revolucionária. Um pequeno setor entre elas está, inclusive, usando a linguagem do feminismo radical para organizar as prostitutas e fazer campanhas pela legalização da prostituição na Índia. Desta maneira, servem diretamente aos interesses dos imperialistas, que planejam desenvolver amplamente sua indústria do sexo e o turismo sexual.

O movimento de mulheres revolucionário, sob o guia teórico do marxismo, conforme desenvolvido através da experiência de Lenin e Mao, tem sido bem-sucedido em organizar as mulheres das castas e comunidades mais oprimidas, as camponesas pobres e as trabalhadoras sem-terra. O movimento tem dado atenção às questões levantadas pelo movimento internacional das mulheres e considera a luta contra o patriarcado parte integrante da Revolução Democrática de novo tipo. Ao estudar as tendências anteriormente citadas de maneira crítica, pegando os pontos positivos e integrando-os à sua teoria e prática, pode realizar seu objetivo de libertar as vastas massas de mulheres indianas, enquanto completa exitosamente a Revolução Democrática, e avançar em direção ao socialismo.

